

DIREITO ELEITORAL
ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL

PROF. RAPHAEL MAIA

1) (CESPE - TJ-DF Juiz de Direito Substituto/2014) Com relação à composição do TSE, determinada pela CF, assinale a opção correta.

- a) A vice-presidência do TSE deve ficar a cargo de ministro que tenha sido nomeado a partir de lista sêxtupla de advogados encaminhada ao colegiado.
- b) - O vice-presidente do TSE pode acumular a função de corregedor eleitoral, eleito pelo voto secreto, durante um único biênio.
- c) - Os advogados serão nomeados pelo presidente da República, escolhidos entre seis nomes de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Conselho Federal da OAB.
- d) - A presidência do TSE deve ser exercida por um dos cinco ministros oriundos dos tribunais superiores, eleito pelo voto secreto e colegiado para um único biênio.
- e) - O texto constitucional fixou em sete o número mínimo de ministros que devem compor o TSE, mas não estabeleceu um número exato de ministros para esse colegiado.

2) (VUNESP - TJ-PA: Juiz de Direito Substituto/2014) Os Tribunais Regionais Eleitorais são compostos por

- a) - dois juízes dentre os desembargadores; um juiz dentre juízes de direito; dois juízes federais escolhidos pelo Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal e por dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicado pelo Tribunal de Justiça e nomeado pelo Presidente da República.
- b) - dois juízes dentre os desembargadores; dois juízes dentre juízes de direito; dois juízes federais escolhidos pelo Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal e por um juiz dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicado pelo Tribunal de Justiça e nomeado pelo Presidente da República.
- c) - um juiz dentre os desembargadores; três juízes dentre juízes de direito; um juiz federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal e por dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicado pelo Tribunal de Justiça e nomeado pelo Presidente da República
- d) - dois juízes dentre os desembargadores; dois juízes dentre juízes de direito; um juiz federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal e por dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicado pelo Tribunal de Justiça e nomeado pelo Presidente da República.
- e) - três juízes dentre os desembargadores; um juiz dentre juízes de direito; um juiz federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal e por dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicado pelo Tribunal de Justiça e nomeado pelo Presidente da República.

3) (CESPE - PC-BA: Delegado de Polícia/2013) Competem ao juiz eleitoral tanto o registro quanto a cassação do registro de candidato a prefeito.

- a) Certo
- b) Errado

4) (CESPE - PC-BA: Delegado de Polícia/2013) O advogado que estiver regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil poderá servir como juiz eleitoral de primeira instância.

- a) Certo
- b) Errado

5) (CESPE - PC-BA: Delegado de Polícia/2013) Participa da composição dos tribunais regionais eleitorais um representante do MP.

- a) Certo
- b)- Errado

6) (CONSULPLAN - TRE-MG: Analista Judiciário - Área Administrativa) Sobre os órgãos da Justiça Eleitoral, assinale a alternativa correta.

- a) O Tribunal Superior Eleitoral, composto por sete juízes, todos magistrados de carreira, tem sede em Brasília e jurisdição em todo o País.
- b) Não podem fazer parte do Tribunal Superior Eleitoral cidadãos que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o terceiro grau, excluindo-se neste caso o que tiver sido escolhido por último.
- c) Dos sete juízes que compõem o Tribunal Superior Eleitoral, três são escolhidos entre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, que serão necessariamente eleitos e nomeados Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Eleitoral.
- d) Os juízes do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.
- e) Além do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, também são órgãos da Justiça Eleitoral os Juízes Eleitorais, que devem ser juízes de direito, designados pelos Tribunais Regionais Eleitorais para exercer a jurisdição eleitoral em determinada zona eleitoral, as Juntas Eleitorais, da qual é presidente o Juiz Eleitoral, e o Ministério Público Eleitoral.

7) (CESPE - TJ-MA Prova: Juiz/2013) Considerando a composição e o funcionamento dos órgãos da justiça eleitoral, assinale a opção correta.

- a) Na hipótese de indicação de duas pessoas que tenham parentesco entre si para integrar tribunal regional eleitoral, deve-se proceder à exclusão do primeiro indicado.

- b) É da competência exclusiva do MP arguir a suspeição de membro de tribunal eleitoral.
- c) Os membros do TSE devem ser magistrados ou integrantes do MP.
- d) Entre os membros de cada tribunal regional eleitoral inclui-se um juiz federal.

8) (CESPE - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Administrativa) A respeito da composição de competências e atribuições dos órgãos da justiça eleitoral, assinale a opção correta.

- a) Compete ao TRE processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos pelos juízes eleitorais.
- b) Compete privativamente ao TSE responder às consultas sobre matéria eleitoral que lhe forem feitas, em tese, por autoridade pública ou partido político.
- c) As zonas eleitorais são compostas de um juiz de direito, que ocupa a respectiva presidência, e de dois a quatro cidadãos de notória idoneidade.
- d) O vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), eleito entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), exerce a função de corregedor-geral eleitoral.
- e) Membro do Ministério Público (MP) pode integrar a lista tríplice destinada à composição de tribunal regional eleitoral (TRE).

9) Assinale a opção correta acerca da organização e competência da justiça eleitoral.

- a) Não podem ser nomeados membros das juntas eleitorais, escrutinadores ou auxiliares na mesma circunscrição eleitoral dois parentes em qualquer grau.
- b) Nos municípios onde haja mais de uma junta eleitoral, a expedição dos diplomas aos eleitos para cargos municipais é feita pela junta presidida pelo juiz eleitoral mais antigo.
- c) Compete ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) processar e julgar originariamente os crimes eleitorais e os comuns a eles conexos, cometidos pelos seus próprios ministros e pelos juízes dos tribunais regionais.
- d) Nas eleições municipais, compete ao corregedor regional eleitoral apurar e punir as transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários e abuso do poder econômico ou político, em detrimento da liberdade de voto.
- e) A arguição de inelegibilidade de um candidato a prefeito é feita perante o tribunal regional eleitoral do respectivo estado da Federação.

10) (CESPE - TRE-MS: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2013) A respeito de composição, competências e atribuições dos órgãos da justiça eleitoral, assinale a opção correta.

- a) Dois funcionários de uma mesma empresa privada podem integrar uma mesma junta eleitoral.
- b) Servidores do Poder Executivo são impedidos de compor junta eleitoral.
- c) Compete aos juízes criminais processar e julgar os crimes eleitorais cometidos por quaisquer indivíduos que já alcançaram a maioria.

- d) Aos tribunais regionais eleitorais compete dividir as zonas eleitorais em seções eleitorais.
- e) O presidente do tribunal regional eleitoral nomeia os membros das juntas eleitorais somente após a aprovação dos nomes pelo tribunal regional eleitoral.

11) (MPE-SP - Promotor de Justiça/2012) Nos termos da Constituição Federal de 1988, são órgãos da Justiça Eleitoral:

- a) O Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes e Promotores Eleitorais e as Seções Eleitorais.
- b) O Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais, os Cartórios Eleitorais e as Seções Eleitorais.,
- c) O Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, as Zonas Eleitorais e as Juntas Eleitorais.
- d) O Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, as Zonas Eleitorais e as Juntas Eleitorais.
- e) O Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais.

12) (CESPE - TRE-RJ? Analista Judiciário - Área Judiciária/2012) A competência do TRE para julgamento de recurso interposto contra decisão proferida por juiz eleitoral do respectivo estado em mandado de segurança restringe-se à hipótese de denegação da ordem.

- a- Certo
- b- Errado

13) CESPE - TRE-RJ: Analista Judiciário - Área Judiciária/2012) Compete privativamente aos TREs a elaboração de seus próprios regimentos internos.

- a- Certo
- b- Errado

14) (CESPE - TRE-RJ: Analista Judiciário - Área Judiciária/2012) Compete ao TRE processar e julgar, originariamente, conflitos de jurisdição entre juízes eleitorais do respectivo estado.

- a- Certo
- b- Errado

15) (CESPE - TRE-RJ: Técnico Judiciário - Área Administrativa) A presidência do TSE cabe a todos os ministros do tribunal, que se revezam no cargo.

- a- Certo
- b- Errado

16) (CESPE - TRE-RJ Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) Compete à junta eleitoral a apuração das eleições realizadas nas zonas sob a sua jurisdição.

- a- Certo
- b- Errado

17) (CESPE - TRE-RJ - Técnico Judiciário - Área Administrativa) As juntas eleitorais devem ser compostas, necessariamente, por, pelo menos, um juiz eleitoral.

- a- Certo
- b- Errado

18) (CESPE - TRE-RJ - Técnico Judiciário - Área Administrativa) Não pode haver mais de uma junta eleitoral por zona.

- a- Certo
- b- Errado

19) (CESPE - TRE-RJ - Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) A nomeação dos membros das juntas eleitorais deve ocorrer sessenta dias antes das eleições, e a escolha desses membros deve ter sido aprovada pelo tribunal regional eleitoral.

- a- Certo
- b- Errado

20) (TJ-PR - TJ-MS – Juiz/2012) Considere as assertivas a seguir quanto à competência e à organização da Justiça Eleitoral.

I. São matérias reservadas à lei complementar.

II. Na composição do Tribunal Superior Eleitoral, por nomeação do Presidente da República, integram dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

III. Na composição do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, por nomeação do Governador, integram dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

IV. As juntas eleitorais foram extintas pela Emenda Constitucional nº 45/2004.

V. O Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais designarão três juízes auxiliares para a apreciação das reclamações ou representações que lhes forem dirigidas e os recursos contra as decisões destes juízes serão julgadas pelo Plenário destes tribunais.

Está (ão) CORRETA(S):

a) Apenas as assertivas I, II, III e V.

b) Apenas as assertivas I, III e IV.

c) Apenas as assertivas I, II e V.

d) Apenas as assertivas II, IV e V.

e) Apenas as assertivas I, II, III e IV.

21 –(TJ-PR Órgão: TJ-MS Prova: Juiz/2012) Compete à Justiça Eleitoral processar e julgar:

I. Execução fiscal de multas eleitorais (dívida ativa não tributária).

II. Ações relativas à matéria interna corporis dos partidos políticos.

III. Ao Tribunal Superior Eleitoral, originariamente, o processo e julgamento das ações rescisórias, nos casos de inelegibilidade, desde que intentada dentro de cento e vinte dias de decisão irrecorrível.

IV. Ações relativas à decretação da perda de mandato por infidelidade partidária.

V. Ações de impugnação de mandato eletivo que tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé, no prazo de quinze dias, contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

Está(ão) CORRETA(S):

a) Apenas as assertivas I, IV e V.

b) Apenas as assertivas II, IV e V.

c) Apenas as assertivas II, III e IV.

d) Apenas as assertivas I, II, III e IV.

e) Apenas as assertivas I, III, IV e V.

22) (CESPE - TJ-AC: Juiz/2012) Assinale a opção correta a respeito da organização e das competências da justiça eleitoral.

a) Não podem ser nomeados membros das juntas eleitorais os que pertencerem ao serviço eleitoral.

b) Cabe ao juiz eleitoral resolver as impugnações e os demais incidentes verificados durante os trabalhos de contagem e apuração de votos.

c) Compete aos TREs a divisão de zona em seções eleitorais.

d) A designação dos locais das seções é de competência dos TREs.

e) Compete ao juiz eleitoral nomear cidadãos de notória idoneidade para comporem a junta eleitoral por ele presidida.

23) CESPE Órgão: TJ-PI Prova: Juiz/2012) Assinale a opção correta a respeito da organização, da composição e das competências da justiça eleitoral.

a) É competência dos TREs a divisão das zonas em seções eleitorais.

b) Compõem o TSE dois juízes nomeados pelo presidente da República, escolhidos entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral indicados pelo próprio tribunal

c) Compõem o TRE/PI dois juízes nomeados pelo presidente da República, escolhidos entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral indicados pelo próprio tribunal.

d) As decisões a respeito de recurso que importe a perda de diploma só podem ser tomadas pelo TSE com a presença de todos os membros; caso ocorra impedimento de algum, deverá ser convocado o substituto ou o respectivo suplente.

24) (VUNESP Órgão: TJ-MG Prova: Juiz/2012) Falecido um vereador, dois meses após tomar posse no cargo, dois suplentes reivindicam o direito de assumir a cadeira à Câmara Municipal. A questão terá de ser resolvida pela(o):

- a) Justiça Eleitoral, porque se trata de matéria pertinente ao desdobramento do processo eleitoral.
- b) Justiça Comum Estadual, por ser matéria alheia à competência da Justiça Eleitoral.
- c) Poder Legislativo, por se tratar de matéria interna corporis.
- d) Justiça Federal, porque compete à União legislar sobre Direito Eleitoral.

25) (VUNESP Órgão: TJ-MG Prova: Juiz/2012) O artigo 1.º, caput, da Resolução n.º 22.610/07, do Tribunal Superior Eleitoral, estabelece que “o partido político interessado pode pedir, perante a Justiça Eleitoral, a decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa”.

É correto afirmar que a competência para decretar a perda do mandato de vereador, por infidelidade partidária, será do

- a) juiz da zona eleitoral em que se situa o município no qual o vereador exerce o mandato.
- b) Tribunal Regional Eleitoral do estado em que se situa o município no qual o vereador exerce o mandato.
- c) juiz de direito da comarca em que se situa o município no qual o vereador exerce o mandato, ad referendum do respectivo Tribunal de Justiça.
- d) juiz da zona eleitoral em que se situa o município no qual o vereador exerce o mandato, ad referendum do respectivo Tribunal Regional Eleitoral.

26) (FCC - TRE-PR Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) Processar e julgar originariamente o registro e a cassação de registro de candidato a Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual compete

- a) aos Tribunais Regionais Eleitorais.
- b) ao Tribunal Superior Eleitoral, ao Tribunal Superior Eleitoral e aos Tribunais Regionais Eleitorais, respectivamente.
- c) ao Tribunal Superior Eleitoral, aos Tribunais Regionais Eleitorais e ao Tribunal Superior Eleitoral, respectivamente.
- d) ao Tribunal Superior Eleitoral.
- e) aos Tribunais Regionais Eleitorais, ao Tribunal Superior Eleitoral e aos Tribunais Regionais Eleitorais, respectivamente.

27) (FCC: TRE-PR Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) O órgão de direção Estadual do Partido Político Beta tem fundadas dúvidas a respeito de matéria eleitoral. Nesse caso, poderá formular consulta, em tese, que será respondida

- a) pelo Juiz Eleitoral da Zona Eleitoral em que estiver localizado o órgão de direção do Partido.
- b) pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado ou pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- c) pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- d) pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado.
- e) por qualquer Juiz Eleitoral em exercício no respectivo Estado.

28) (FCC Órgão: TRE-PR Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) Considere:

- I. Expedir diploma aos eleitos para cargos municipais.
- II. Processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos pelos Juizes Eleitorais.
- III. Processar e julgar os habeas corpus em matéria eleitoral relativos a atos dos Ministros de Estado.

Inclui-se na competência dos Tribunais Regionais Eleitorais a situação indicada APENAS em

- a) II.
- b) III.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

29) (FCC Órgão: TRE-PR Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) A respeito dos órgãos da Justiça Eleitoral, é correto afirmar que

- a) o Supremo Tribunal Federal é um dos órgãos da Justiça Eleitoral.
- b) integram os Tribunais Regionais Eleitorais dois advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral escolhidos pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.
- c) os juízes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por dois anos no mínimo.
- d) os ministros do Superior Tribunal de Justiça que integram o Tribunal Superior Eleitoral são escolhidos pelo Presidente da República.
- e) o Corregedor-Geral Eleitoral será escolhido pelo Presidente da República dentre os membros do Ministério Público Federal.

30) Compete às Juntas Eleitorais

- a) dirigir os processos eleitorais e determinar a inscrição e a exclusão de eleitores.
- b) resolver as impugnações e demais incidentes verificados durante os trabalhos da contagem e da apuração.
- c) providenciar a solução para as ocorrências que se verificarem nas Mesas Receptoras.

- d) dividir a Zona em Seções Eleitorais, expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitores.
- e) fornecer aos que não votaram por motivo justificado um certificado que os isente das sanções legais.

31) (FCC Órgão: TRE-PR Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) Considere:

- I. Conflitos de jurisdição entre Juízes Eleitorais de um mesmo Estado.
- II. Conflitos de jurisdição entre Tribunais Regionais Eleitorais.
- III. Conflitos de jurisdição entre Juízes Eleitorais de Estados diferentes.

Compete ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar originariamente os conflitos de jurisdição indicados APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

32) (FCC Órgão: TRE-PR Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) Compete ao Tribunal Superior Eleitoral

- a) julgar os recursos interpostos das decisões dos Juízes Eleitorais que concederem ou negarem habeas corpus.
- b) elaborar o regimento interno dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- c) expedir instruções aos órgãos do Ministério Público junto aos Tribunais Regionais Eleitorais.
- d) processar e julgar originariamente a suspeição ou impedimento aos seus próprios membros.
- e) constituir as Juntas Eleitorais bem como designar a respectiva sede e jurisdição.

33) (FCC Órgão: TRE-PR Prova: Técnico Judiciário – Enfermagem/2012) Paulo é membro do Ministério Público Estadual. Em razão do seu cargo,

- a) não poderá vir a integrar o Tribunal Superior Eleitoral, nem o Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado.
- b) poderá ser nomeado pelo Presidente da República para integrar o Tribunal Superior Eleitoral.
- c) poderá ser escolhido, mediante eleição e pelo voto secreto, pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Tribunal Superior Eleitoral.
- d) poderá ser nomeado pelo Presidente da República para integrar o Tribunal Regional Eleitoral do respectivo estado.
- e) poderá ser escolhido, mediante eleição e pelo voto secreto, pelo Tribunal de Justiça para integrar o Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado.

34 (FCC - TRE-PR- Técnico Judiciário – Enfermagem/2012) Tício foi eleito Prefeito de Município com mais de uma Junta Eleitoral. O respectivo diploma será expedido

- a) pelo representante do Ministério Público Eleitoral com atribuições no Município.
- b) pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado da Federação.
- c) pelo Corregedor-Regional Eleitoral do respectivo Estado da Federação.
- d) pela Junta Eleitoral que for presidida pelo Juiz Eleitoral mais antigo.
- e) pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado da Federação.

35 (FCC Órgão: TRE-PR Prova: Técnico Judiciário - Enfermagem/2012) A competência para processar e julgar originariamente os crimes eleitorais e os comuns que lhes forem conexos cometidos pelos juízes do Tribunal Superior Eleitoral é

- a) dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- b) do Tribunal Superior Eleitoral.
- c) do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, respectivamente.
- d) dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal Superior Eleitoral, respectivamente.
- e) do Supremo Tribunal Federal.

36 – (FCC Órgão: TRE-PR Prova: Técnico Judiciário - Enfermagem/2012) Integram os Tribunais Regionais Eleitorais, dentre outros, dois Juízes de Direito

- a) escolhidos pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral em lista tríplice enviada pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado.
- b) indicados pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado e nomeados pelo Presidente da República.
- c) designados pelo Presidente do Tribunal de Justiça do respectivo Estado dentre os que manifestarem interesse na designação.
- d) nomeados pelo Presidente da República em lista tríplice enviada pelo próprio Tribunal Regional Eleitoral.
- e) escolhidos, mediante eleição e pelo voto secreto, pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado.

37 – (CONSULPLAN Órgão: TSE Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2012) Em relação aos órgãos da Justiça Eleitoral, com base na Lei nº 4.737/65 e suas atualizações, é correto afirmar que

- a) os juízes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão obrigatoriamente por dois anos, e nunca por mais de um biênio consecutivo.
- b) da homologação da respectiva convenção partidária até o registro definitivo da candidatura, não poderão servir como juízes nos Tribunais Eleitorais, ou como juiz eleitoral, o cônjuge, parente

consanguíneo legítimo ou ilegítimo, ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição.

c) os substitutos dos membros efetivos dos Tribunais Eleitorais serão escolhidos, na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.

d)- o número de juízes dos Tribunais Regionais não será reduzido, mas poderá ser elevado até doze, mediante proposta do Tribunal Superior, e na forma por ele sugerida.

38 – (CONSULPLAN Órgão: TSE Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2012) A respeito dos Tribunais e Juízes Eleitorais, é correto afirmar que

a) os órgãos da Justiça Eleitoral são o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais.

b) o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral é escolhido dentre os membros mais votados dos Tribunais Regionais Eleitorais.

c) como órgão máximo da justiça eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral não admite recurso para as suas decisões, sequer para as denegatórias de habeas corpus.

d) no caso dos Tribunais Regionais Eleitorais, os recursos contra suas decisões não são admitidos quando eles versam sobre divergência de interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais.

39 – (CONSULPLAN Órgão: TSE Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2012) José foi empossado como Juiz da Justiça Eleitoral do Estado “Y”. Durante seu mandato, José se envolveu em uma discussão de trânsito que culminou na agressão ao cidadão João. Da agressão advieram lesões corporais de natureza grave à vítima. Nessa situação, o órgão competente para julgamento de José será

a) Justiça de 1º grau.

b) Tribunal – 2º grau.

c) Tribunal Regional Eleitoral.

d) Conselho Nacional de Justiça

40 (FCC Órgão: TRE-CE Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2012) A nomeação dos membros das Juntas Eleitorais e a designação das respectivas sedes compete ao

a) Corregedor Regional Eleitoral e ao Juiz Eleitoral, respectivamente.

b) Juiz Eleitoral da Zona Eleitoral correspondente, após aprovação do Ministério Público.

c) Tribunal Regional Eleitoral e ao Juiz Eleitoral, respectivamente.

d) Superior Tribunal Eleitoral e ao Tribunal Regional Eleitoral, respectivamente.

e) Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, após a aprovação desse órgão.

41 (FCC Órgão: TRE-CE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) Paulo é Desembargador do Tribunal de Justiça de um dos Estados da Federação. Em razão de seu cargo, Paulo poderá vir a integrar o Tribunal

- a) Superior Eleitoral, apenas.
- b) Regional Eleitoral do respectivo Estado, apenas.
- c) Superior Eleitoral e o Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado.
- d) Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais de qualquer Estado da Federação.
- e) Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais e as Juntas Eleitorais de qualquer Estado da Federação.

42 (FCC Órgão: TRE-CE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) Responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas, em tese, por autoridade com jurisdição federal ou órgão nacional de partido político e aprovar a divisão dos Estados em Zonas Eleitorais incluídas dentre as atribuições

- a) dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal Superior Eleitoral, respectivamente.
- b) dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- c) do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, respectivamente.
- d) do Tribunal Superior Eleitoral.
- e) dos Tribunais Regionais Eleitorais e das Juntas Eleitorais, respectivamente.

43 (FCC Órgão: TRE-CE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) Ângelo é escrivão de polícia, Pedro é técnico judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará, Lúcio é professor da rede estadual de ensino aposentado e Maria é professora efetiva da rede municipal de ensino. Preenchidos os demais requisitos legais, poderão ser nomeados membro das Juntas Eleitorais, escrutinador ou auxiliar:

- a) Pedro e Maria.
- b) Ângelo e Pedro
- c) Ângelo e Maria.
- d) Pedro e Lúcio.
- e) Lúcio e Maria.

44 (FCC Órgão: TRE-PE Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2011) O Tribunal Superior Eleitoral

- a) será presidido pelo juiz mais antigo, independentemente da forma de investidura.
- b) elegerá o Corregedor Geral Eleitoral entre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça que integram a sua composição.

- c) contará na sua composição com três advogados eleitos pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) deliberará sempre por maioria de votos, com a presença de todos os seus membros
- e) compõe-se de sete juízes, todos vitalícios, os quais só deixam o cargo por aposentadoria ou sentença transitada em julgado.

45 (FCC Órgão: TRE-PE Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2011) Os Tribunais Regionais Eleitorais

- a) compor-se-ão, dentre outros membros, de dois Desembargadores de Tribunal de Justiça, nomeados pelo Presidente da República.
- b) serão presididos por um dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça que integrarem a sua composição.
- c) compor-se-ão, dentre outros membros, de dois Juízes, dentre Juízes de Direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça.
- d) terão, dentre outras funções, a de processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos por seus próprios membros.
- e) terão sede em regiões do país, podendo a sua competência estender-se por mais de um Estado da Federação.

46 (FCC Órgão: TRE-PE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2011) As Juntas Eleitorais

- a) deverão resolver as impugnações e demais incidentes verificados durante os trabalhos da contagem e da apuração.
- b) terão composição permanente, através de designação anual por parte do Tribunal Regional Eleitoral.
- c) poderão ter a sua composição impugnada somente pelo Ministério Público Eleitoral.
- d) deverão, preferencialmente, ter em sua composição pessoas que pertencerem ao serviço eleitoral.
- e) serão compostas por dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade, um dos quais será o seu presidente.

47 Sobre a organização e competência da Justiça Eleitoral, assinale a alternativa correta.

- a) Os juízes eleitorais, os TREs e o TSE possuem atribuição para responder a consultas sobre matéria eleitoral.
- b) Os juízes eleitorais, oriundos da classe dos advogados, não podem exercer a advocacia enquanto durar a investidura.
- c) Em vista da regra de que as condutas vedadas aos agentes públicos também caracterizam atos de improbidade administrativa (art. 73, § 7.º, da Lei Federal n.º 9.504/97), possui a Justiça Eleitoral jurisdição para imposição das cominações da Lei de Improbidade Administrativa.
- d) O TSE pode expedir resoluções com força de lei.

48 (PONTUA Órgão: TRE-SC Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2011) Sobre a Justiça Eleitoral, é CORRETO afirmar que:

- a) Exerce exclusivamente função jurisdicional.
- b) A atividade consultiva é peculiar e própria da Justiça Eleitoral, respondendo a consultas sobre casos concretos e prevenindo conflitos.
- c) A resposta à consulta, por ter caráter normativo, sujeita-se à Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- d) O Procurador-Geral Eleitoral, que possui atribuição para o exercício das funções eleitorais nas causas de competência do TSE, é o Procurador-Geral da República.

49 (TJ-PR Órgão: TJ-PR Prova: Juiz/2011) Das assertivas abaixo, assinale a única CORRETA:

- a) Em face da obrigatoriedade do comparecimento às urnas nos pleitos eleitorais, o alistamento eleitoral é ex officio.
- b) A diplomação é ato administrativo da Justiça Eleitoral, que atesta que um determinado candidato obteve os votos necessários para alcançar o mandato eletivo ou a suplência.
- c) Embora conte com um corpo próprio de funcionários, não há magistrados e membros do Ministério Público exclusivos, atuando nos feitos eleitorais juízes e procuradores federais.
- d) Os membros dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal Superior Eleitoral contam com as prerrogativas da magistratura garantidas constitucionalmente, sendo inamovíveis e vitalícios.

50 (FCC Órgão: TRE-AP Prova: Técnico Judiciário - Programação de Sistemas/2011) O Presidente da República poderá nomear para integrarem o Tribunal Superior Eleitoral

- a) dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) três juízes, dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dentre os integrantes de lista tríplice.
- c) três juízes, dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça, dentre os integrantes de lista tríplice.
- d) um juiz oriundo do Ministério Público Federal, escolhido dentre os integrantes de lista tríplice.
- e) um Desembargador de Tribunal de Justiça de qualquer Estado da Federação, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.

51 (FCC Órgão: TRE-AP Prova: Técnico Judiciário - Programação de Sistemas/2011) A respeito da composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, é correto afirmar que

- a) deles não farão parte Desembargadores, a não ser por nomeação do Presidente da República.
- b) o seu Presidente será nomeado pelo Presidente da República.
- c) o Corregedor Regional Eleitoral será nomeado pelo Governador do Estado.

d) deles não farão parte advogados, ainda que de notável saber jurídico e idoneidade moral.

e) dois Juízes, dentre Juízes de Direito, serão escolhidos, mediante eleição e pelo voto secreto, pelo Tribunal.

52 (FCC Órgão: TRE-AP Prova: Técnico Judiciário - Programação de Sistemas/2012) Processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos pelos Juizes dos Tribunais Regionais Eleitorais, processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos pelos Juizes Eleitorais e processar e julgar os crimes eleitorais cometidos pelos candidatos a Prefeito Municipal, incluem-se, respectivamente, na competência

a) dos Tribunais Regionais Eleitorais, dos Juízes Eleitorais e do Tribunal Superior Eleitoral.

b) dos Tribunais Regionais Eleitorais, do Tribunal Superior Eleitoral e dos Juizes Eleitorais.

c) dos Juízes Eleitorais, do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.

d) do Tribunal Superior Eleitoral, dos Tribunais Regionais Eleitorais e dos Juízes Eleitorais.

e) do Tribunal Superior Eleitoral, dos Juízes Eleitorais e dos Tribunais Regionais Eleitorais.

53 (FCC Órgão: TRE-AP Prova: Técnico Judiciário - Programação de Sistemas/2012) Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais

a) expedir títulos eleitorais.

b) processar e julgar originariamente o registro e o cancelamento do registro de candidatos a membro das Assembleias Legislativas.

c) determinar a inscrição de eleitores.

d) conceder transferência de eleitor.

e) determinar a exclusão de eleitores.

54 (FCC Órgão: TRE-AP Prova: Técnico Judiciário - Programação de Sistemas/2011) A respeito da competência dos Órgãos da Justiça Eleitoral, considere:

I. Compete ao Tribunal Superior Eleitoral, dentre outras atribuições, processar e julgar originariamente o registro de partidos políticos.

II. Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais, dentre outras atribuições, processar e julgar originariamente o registro de candidatos a membro do Congresso Nacional.

III. Compete aos Juízes Eleitorais dividir a respectiva circunscrição em Zonas Eleitorais.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

D) I.

e) III.

55 (FCC Órgão: TRE-AP Prova: Analista Judiciário – Contabilidade/2011) O Tribunal Superior Eleitoral compõe-se de sete membros. Dentre os seus integrantes,

- a) um juiz é escolhido, mediante eleição e pelo voto secreto, dentre os membros do Ministério Público.
- b) dois juízes são nomeados pelo Presidente da República dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- c) dois juízes são escolhidos, mediante eleição e pelo voto secreto, dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- d) um juiz é nomeado pelo Presidente da República dentre os juízes do Tribunal Regional Federal com sede no Distrito Federal.
- e) um juiz é escolhido, mediante eleição e pelo voto secreto, dentre os advogados que dirigem a Ordem dos Advogados do Brasil.

56 (FCC Órgão: TRE-AP Prova: Analista Judiciário – Contabilidade/2011) NÃO poderá, de acordo com a legislação constitucional vigente, vir a integrar o Tribunal Regional do Estado do Amapá

- a) Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.
- b) membro do Ministério Público do Estado do Amapá.
- c) Juiz de Direito do Estado do Amapá.
- d) Juiz Federal, em condições de ser indicado pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região.
- e) Advogado de notável saber jurídico e idoneidade moral militante no Estado do Amapá.

57 (FCC Órgão: TRE-AP Prova: Analista Judiciário - Contabilidade/2011) Compete ao Tribunal Superior Eleitoral

- a) aplicar as penas disciplinares de advertência e de suspensão, até 30 dias, aos Juízes Eleitorais.
- b) nomear os Juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- c) aumentar, através de Resolução, o número dos Juízes de qualquer Tribunal Regional Eleitoral.
- d) conceder aos seus membros licença e férias, assim como afastamento do exercício dos cargos efetivos.
- e) enviar lista tríplice ao Presidente da República, para escolha e nomeação do Presidente do Tribunal.

58 (FCC Órgão: TRE-AP Prova: Analista Judiciário - Contabilidade/2011) Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais

- a) processar e julgar originariamente as impugnações à apuração do resultado geral, proclamação dos eleitos e expedição de diploma na eleição de Presidente e Vice-Presidente da República.
- b) ordenar o registro e a cassação do registro dos candidatos aos cargos eletivos municipais.

- c) julgar os conflitos de jurisdição entre Juízes Eleitorais de Estados diferentes.
- d) fornecer aos que não votaram por motivo justificado e aos não alistados, por dispensados do alistamento, um certificado que os isente das sanções legais.
- e) constituir as Juntas Eleitorais e designar a respectiva sede e jurisdição

59 (CESPE Órgão: TJ-PB Prova: Juiz/2011) Considerando o que dispõe o Código Eleitoral, assinale a opção correta.

- a) Compete aos juízes eleitorais autorizar a contagem dos votos pelas mesas receptoras nos estados em que essa providência for solicitada pelo TRE.
- b) Compete diretamente aos TREs requisitar força federal necessária ao cumprimento das próprias decisões.
- c) A locomoção do corregedor regional para as zonas eleitorais, no desempenho de suas atribuições, ocorrerá: por determinação do TSE ou do TRE; a pedido dos juízes eleitorais; a requerimento de partido político, quando deferido pelo TRE; e sempre que entender necessário.
- d) Não compete originalmente aos TREs o julgamento do habeas corpus em matéria eleitoral, antes que o juiz legalmente competente possa prover sobre a impetração, mesmo quando houver perigo de se consumir a violência, para que não ocorra supressão da instância.
- e) São da competência dos juízes eleitorais a constituição de juntas eleitorais e a designação da respectiva sede.

60 (MPE-MS Órgão: MPE-MS Prova: Promotor de Justiça/2011) Analise as assertivas abaixo.

I - O Ministério Público Eleitoral pode requerer à Justiça Eleitoral a decretação de perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa, ainda que a agremiação partidária interessada não tenha feito.

II - É considerada infidelidade partidária a desfiliação do mandatário de determinada agremiação partidária para outro partido, ainda que se trate de novo partido.

III - A agremiação partidária interessada terá o prazo de vinte dias para ingressar com a ação visando a decretação de perda de mandato do infiel, contados da desfiliação (Resolução nº 22.610/2007/TSE).

IV - Cabe ao órgão partidário estabelecer em seu estatuto normas de disciplina e fidelidade partidária, por força de norma constitucional e infraconstitucional.

V - É de competência dos juízes eleitorais a decretação de perda do cargo de mandatos municipais cujo pedido tenha como fundamento a infidelidade partidária.

- a) todos os itens estão corretos;
- b) somente os itens II, III e V estão incorretos;
- c) somente os itens I e III estão incorretos;
- d) somente os itens II, III e IV estão corretos;
- e) todos os itens estão incorretos.

61 (FCC Órgão: TRE-TO Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2011) De acordo com a Constituição Federal, podem vir a integrar tanto o Tribunal Superior Eleitoral, como o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Tocantins,

- a) Advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral militantes no Estado de Tocantins.
- b) Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- c) Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins.
- e) Juízes de Direito da Justiça Estadual do Estado de Tocantins.

62 (FCC Órgão: TRE-TO Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2011) Os membros das Juntas Eleitorais serão nomeados sessenta dias antes das eleições

- a) depois da aprovação do Tribunal Regional Eleitoral, pelo Presidente deste.
- b) pelo Juiz de Direito da respectiva Zona Eleitoral, independentemente de qualquer aprovação.
- c) pelo Juiz de Direito da respectiva Zona Eleitoral, após aprovação dos partidos políticos.
- d) pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, após indicação do Tribunal Regional Eleitoral a que pertencer.
- e) pelo escrivão eleitoral indicado pelo Tribunal Regional Eleitoral a que pertencer.

63 (FCC Órgão: TRE-TO Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2011) Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais, dentre outras atribuições, processar e julgar originariamente

- a) a suspeição e o impedimento do Procurador-Geral Eleitoral.
- b) os conflitos de jurisdição entre Juízes Eleitorais do respectivo Estado e de outro Estado da Federação.
- c) a suspeição ou impedimento aos membros do próprio Tribunal Regional Eleitoral.
- d) o registro de candidatos à Presidente e Vice-Presidente da República.
- e) os crimes eleitorais e os comuns que lhes forem conexos cometidos pelos juízes do próprio Tribunal Regional Eleitoral.

64 (FCC Órgão: TRE-TO Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2011) A requisição de força federal necessária ao cumprimento de decisão do Tribunal Regional Eleitoral compete ao

- a) próprio Tribunal Regional Eleitoral.
- b) Tribunal Superior Eleitoral.
- c) Presidente do respectivo Tribunal Regional Eleitoral.

d) Governador do respectivo Estado.

e) Procurador Regional Eleitoral.

65 (FCC Órgão: TRE-TO Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2011) Os juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais

a) servirão, salvo motivo justificado, por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.

b) são vitalícios e servirão, independentemente de mandato, até completarem setenta anos, ocasião em que serão aposentados compulsoriamente.

c) servirão sempre por quatro anos, no mínimo, não podendo, porém, os respectivos mandatos alcançarem mais de duas eleições.

d) poderão ser livremente exonerados por ato do Presidente da República, após o encerramento de cada período eleitoral e o julgamento de todos os recursos a este relacionados.

e) serão, em sua totalidade, nomeados pelo Presidente da República entre cidadãos de notável saber jurídico, após arguição, em audiências públicas distintas, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

66 (FGV Órgão: TRE-PA Prova: Analista Judiciário\2011) Quanto aos órgãos da Justiça Eleitoral, é correto afirmar que

a) cabe a jurisdição de cada uma das Zonas Eleitorais a um Juiz de Direito em efetivo exercício e, na falta deste, ao seu substituto legal, que, igualmente, deve ter adquirido a vitaliciedade para exercer as funções de juiz eleitoral.

b) são irrecorríveis as decisões do TSE salvo as que declararem a invalidade de lei ou ato contrário à Constituição Federal e as denegatórias de habeas corpus ou mandado de segurança, das quais caberá recurso ordinário para o STF, interposto no prazo de 3 (três) dias.

c) candidato a cargo eletivo, seu cônjuge e parente consanguíneo até segundo grau ou afim até o terceiro grau não podem servir como Escrivão Eleitoral.

d) compete, privativamente, aos Tribunais Regionais Eleitorais, na falta de determinação legal ou constitucional, determinar a data das eleições a Governador e Vice-Governador, Deputados Federais e Estaduais, Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.

e) no exercício de suas atribuições, o Corregedor Regional da Justiça Eleitoral somente se locomoverá para as Zonas Eleitorais por determinação do TSE ou do TRE, ou a pedido dos Juízes Eleitorais.

67 (FGV Órgão: TRE-PA Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2011) De acordo com a Lei Eleitoral, é da competência do Tribunal Regional Eleitoral processar e julgar

a) o pedido de registro de partidos políticos.

b) o pedido de cassação de registro de partidos políticos.

c) conflitos de jurisdição entre juízes eleitorais de Estados distintos.

- d) os crimes comuns cometidos por juízes eleitorais.
- e) o pedido de cancelamento de registro de candidato a deputado federal.

68 (FCC Órgão: TRE-RN Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa\2011) Os Tribunais Regionais Eleitorais são compostos por sete membros. Quatro deles são escolhidos mediante eleição secreta no âmbito do Tribunal de Justiça, sendo dois desembargadores e dois juízes de direito. Um é membro do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal ou, na ausência, um juiz federal escolhido pelo Tribunal respectivo. Os dois últimos membros são escolhidos pelo

- a) Governador do Estado entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados em lista da Ordem dos Advogados do Brasil, os quais devem ser aprovados pelo Senado Federal.
- b) Governador do Estado entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados em lista do Tribunal de Justiça, os quais devem ser aprovados pela Assembleia Legislativa do Estado.
- c) Presidente da República entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados em lista do Tribunal de Justiça, os quais devem ser aprovados pelo Senado Federal.
- d) Presidente da República entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados em lista do Tribunal de Justiça.
- e) Presidente da República entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados em lista do Supremo Tribunal Federal.

69 (FCC Órgão: TRE-RN Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa\2011) Peculiaridade da Justiça Eleitoral é a prerrogativa normativa conferida ao Tribunal Superior Eleitoral. Em relação a tal função, é correto afirmar que o TSE exerce função de

- a) legislador primário, com a possibilidade de inovar na ordem jurídica, e que, no que tange ao pleito eleitoral, há limitação temporal para o exercício de referido poder normativo, sendo o dia 05 de março do ano da eleição seu termo final.
- b) natureza secundária, regulamentar somente, cabendo-lhe expedir as instruções necessárias à fiel execução da lei eleitoral. Considerando que a prerrogativa do TSE é meramente regulamentar, não há limitação temporal para o exercício de referida função em relação ao pleito eleitoral.
- c) legislador primário, com a possibilidade de inovar na ordem jurídica. Considerando a natureza de tal função, não há limitação temporal para seu exercício em relação ao pleito eleitoral.
- d) natureza secundária, regulamentar somente, cabendo-lhe expedir as instruções necessárias à fiel execução da lei eleitoral. No que tange ao pleito eleitoral, há limitação temporal para o exercício pelo TSE de referido poder normativo, sendo possível exercê-lo até o dia 05 de março do ano da eleição.
- e) legislador primário, inovando na ordem jurídica, com a função regulamentar, cabendo-lhe, neste último caso, expedir as instruções necessárias à fiel execução da lei eleitoral. Em relação a esta última prerrogativa, há limitação temporal correspondendo o dia 05 de março do ano da eleição, ao termo final.

70 (FCC Órgão: TRE-RN Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária\2011) Embora integrante do Poder Judiciário, a Justiça Eleitoral possui algumas peculiaridades quando comparada com os demais ramos do Judiciário. Em tal sentido, são peculiaridades da Justiça Eleitoral:

- a) Existência de procedimentos específicos; quadro próprio e permanente de juízes; exercício de função consultiva.
- b) Princípio da temporalidade em relação ao quadro de juízes; exercício de função essencialmente administrativa e eventualmente jurisdicional; exigência de contraditório.
- c) Existência de procedimentos específicos; capacidade interpretativa mediante Resoluções; função jurisdicional.
- d) Exercício de função consultiva; princípio da temporalidade em relação ao quadro de juízes; capacidade interpretativa mediante Resoluções.
- e) Exercício de função essencialmente administrativa e eventualmente jurisdicional; exigência de contraditório; quadro próprio e permanente de juízes.

71 (FCC Órgão: TRE-RN Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2011) A zona eleitoral corresponde

- a) à dimensão espacial dos Estados-membros ou à do Distrito Federal, em se tratando de eleições estaduais ou distritais.
- b) ao menor núcleo de organização da Justiça Eleitoral, contendo, cada uma, um número máximo de 400 (quatrocentos) eleitores.
- c) à competência definida em relação aos juízes eleitorais.
- d) à unidade previamente definida em lei complementar de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral.
- e) à uma organização que, na conformidade do artigo 36 do Código Eleitoral, compreende a figura de um Juiz de Direito, seu Presidente, e 2 (dois) a 4 (quatro) cidadãos de notória idoneidade, com a função de expedir os boletins de apuração.

72 (FGV Órgão: TRE-PA Prova: Técnico Judiciário - Segurança Judiciária\2011) São órgãos da Justiça Eleitoral

- a) os Juizados Especiais.
- b) os Tribunais do Júri.
- c) os Juízes Eleitorais.
- d) os Tribunais Regionais Federais.
- e) as Juntas Trabalhistas.

73 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa\2011) Um vereador que seja advogado não pode ser nomeado ministro do TSE para uma das vagas destinadas a tais profissionais.

- a- Certo
- b- Errado

74 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa\2011) Compete aos TRES aprovar o afastamento do exercício dos cargos efetivos de seus juízes.

- a- Certo
- b- Errado

75 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa\2011) O sobrinho-neto de um ministro do TSE na ativa não pode ser nomeado ministro da mesma corte devido ao parentesco.

- a- Certo
- b- Errado

76 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária\2011) O número de juntas eleitorais que podem ser organizadas é igual ao número de juízes de direito que gozam das garantias constitucionais inerentes à magistratura, mesmo que estes não sejam juízes eleitorais.

- a- Certo
- b- Errado

77 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária\2011) Na ausência do chefe do cartório eleitoral, as atribuições da escrivania de zona eleitoral podem ser exercidas por outro servidor designado pelo chefe do cartório, desde que esse servidor não seja membro de diretório partidário, candidato a cargo eletivo, seu cônjuge ou parente consanguíneo ou afim até o segundo grau.

- a- Certo
- b- Errado

78 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária\2011) As juntas eleitorais, compostas de um juiz de direito, a quem compete presidi-la, e de dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade, são nomeadas antes da eleição, depois de aprovação do tribunal regional, pelo presidente deste, a quem cumpre também designar-lhes a sede.

- a- Certo
- b- Errado

79 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2011) Compete, privativamente, aos TREs indicar ao TSE as zonas eleitorais ou seções em que a contagem dos votos deva ser feita pela mesa receptora.

- a- Certo
- b- Errado

80 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2011) Compete ao juiz eleitoral resolver as impugnações e demais incidentes verificados durante os trabalhos de contagem e apuração dos votos.

- a- Certo
- b- Errado

81) (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2011) Compete aos TREs remeter ao TSE cópias das atas dos trabalhos relativos às apurações e diplomações a seu cargo, desde que requisitadas pela corte superior.

- a- Certo
- b- Errado

82) (FCC Órgão: TRE-AC Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2010) Integram os Tribunais Regionais Eleitorais, dentre outros membros, dois

- a) Desembargadores do Tribunal da Justiça escolhidos mediante eleição e pelo voto secreto.
- b) cidadãos de notória idoneidade escolhidos livremente pelo Presidente da República.
- c) representantes do Ministério Público Eleitoral, escolhidos pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado.
- d) juízes do Tribunal Regional Federal do respectivo Estado, escolhidos pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado.
- e) juízes federais, escolhidos, mediante eleição e pelo voto secreto, pelo Superior Tribunal de Justiça.

83) (FCC Órgão: TRE-AC Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2011) Compete ao Tribunal Superior Eleitoral, dentre outras atribuições, processar e julgar originariamente

- a) os impedimentos ao Procurador Regional, bem como aos Juízes e Escrivães Eleitorais.
- b) a suspeição ao Procurador Regional, bem como aos Juízes e Escrivães Eleitorais.
- c) as impugnações à apuração do resultado geral, proclamação dos eleitos e expedição de diploma na eleição de Presidente da República e Vice-Presidente da República.
- d) o registro de candidatos a Governador, Vice-Governador, membros do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas.
- e) o cancelamento do registro de candidatos a Governador, Vice-Governador, membros do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas.

84) (FCC Órgão: TRE-AC Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária\2010) A respeito da composição dos órgãos da Justiça Eleitoral, é correto afirmar que

- a) um terço dos cargos do Tribunal Superior Eleitoral será reservado para advogados e membros do Ministério Público Federal.
- b) os Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados poderão integrar o Tribunal Superior Eleitoral no cargo de livre nomeação do Presidente da República.
- c) integram o Tribunal Superior Eleitoral três juízes nomeados pelo Presidente da República dentre Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

d) integram o Tribunal Superior Eleitoral três juízes dentre Ministros do Supremo Tribunal Federal, escolhidos mediante eleição e pelo voto secreto.

e) o Corregedor Eleitoral será nomeado pelo Presidente da República dentre os membros do Tribunal Superior Eleitoral.

85 (FCC Órgão: TRE-AC Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária\2010) Nos municípios em que houver mais de uma Junta Eleitoral, a expedição dos diplomas aos eleitos para os cargos municipais será feita

a) pelo Tribunal Regional Eleitoral.

b) pela Junta Eleitoral que for presidida pelo Juiz Eleitoral mais antigo.

c) pela Junta Eleitoral que tiver apurado maior número de votos.

d) pelo Tribunal Superior Eleitoral.

e) pelo Corregedor Regional Eleitoral.

86 (MPE-PB Órgão: MPE-PB Prova: Promotor de Justiça\2010) Considere as proposições abaixo, assinalando, em seguida, a alternativa correta:

I - As Zonas Eleitorais não são órgãos da Justiça Eleitoral.

II - Para cada Zona Eleitoral somente pode haver uma Junta Eleitoral.

III - Desde a diplomação, é vedado ao parlamentar contratar com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa do serviço público, ainda que o contrato estabeleça cláusulas uniformes.

a) Todas as proposições estão erradas.

b) Todas as proposições estão corretas.

c) Estão erradas apenas as proposições II e III.

d) Estão erradas apenas as proposições I e II.

e) Somente a proposição II está errada.

87 (FCC Órgão: TRE-RS Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa\2010) O juiz oriundo da classe dos advogados com notável saber jurídico e idoneidade moral integrante do Tribunal Superior Eleitoral

a) não pode ser eleito para o cargo de Corregedor Eleitoral.

b) pode ser eleito apenas para o cargo de Presidente desse Tribunal.

c) pode ser eleito apenas para o cargo de Vice- Presidente desse Tribunal.

d) pode ser eleito para os cargos de Presidente ou Vice-Presidente desse Tribunal.

e) pode ser eleito apenas para os cargos de Presidente desse Tribunal e de Corregedor Eleitoral.

88 (FCC Órgão: TRE-RS Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2010) Preenchidos os demais requisitos legais, podem integrar tanto o Tribunal Superior Eleitoral como os Tribunais Regionais Eleitorais,

- a) Advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral.
- b) Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados.
- c) Juízes dos Tribunais Regionais Federais dos Estados.
- d) Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- e) Ministros do Supremo Tribunal Federal.

89 (FCC Órgão: TRE-RS Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2010) A investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou partido político,

- a) será processada pelo Tribunal Regional Eleitoral que, após a oitiva do Corregedor-Geral, enviará os autos ao Ministério Público para que este aplique as sanções previstas em lei.
- b) será feita pela Polícia Judiciária, mediante inquérito policial, que, afinal, será encaminhado ao Ministério Público para oferecimento de eventual denúncia.
- c) será objeto de investigação pelo Ministério Público eleitoral que, afinal, declarará a inelegibilidade do investigado, aplicando-lhe as sanções previstas em lei.
- d) será processada internamente por qualquer partido político, coligação ou candidato que, afinal, encaminhará as suas conclusões ao Tribunal competente que, após a oitiva do Corregedor-Geral, aplicará as sanções previstas em lei.
- e) terá início por representação de qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público feita diretamente ao Corregedor-Geral.

90 (FCC Órgão: TRE-RS Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2010) A respeito das Juntas Eleitorais, é correto afirmar:

- a) Podem ser nomeados membros das Juntas Eleitorais autoridades e agentes policiais.
- b) Os nomes dos membros das Juntas Eleitorais serão publicados no órgão oficial do Estado, sendo vedado aos partidos políticos impugnar as indicações.
- c) Podem ser nomeados escrutinadores ou auxiliares os parentes em segundo grau de candidatos.
- d) Compõem-se as juntas eleitorais de um Juiz de Direito, que será o Presidente, e de dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade.
- e) Podem ser nomeados escrutinadores ou auxiliares os que pertencerem ao serviço eleitoral.

91 (FCC Órgão: TJ-MS Prova: Juiz\2010) A Justiça Eleitoral brasileira

- a) tem a sua organização e a sua competência confiadas à lei ordinária.
- b) compreende apenas três espécies de órgãos: o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais e os juízes eleitorais.
- c) não comporta a redução ou a elevação do número de juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- d) tem como Corregedor-Geral Eleitoral um Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- e) faz parte do Poder Judiciário da União

92 (FCC Órgão: TJ-MS Prova: Juiz\2010) Na literalidade da Constituição brasileira de 1988, das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais caberá recurso quando

- a) concederem ou denegarem habeas corpus, mandado de segurança, mas não mandado de injunção.
- b) forem proferidas contra disposição expressa da Constituição, mas não de lei.
- c) ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais.
- d) versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições estaduais ou municipais, mas não federais.
- e) anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos estaduais ou municipais, mas não federais.

93 (TJ-PR Órgão: TJ-PR Prova: Juiz\2010) Analise as assertivas e assinale a alternativa CORRETA.

I. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de 7 (sete) membros, sendo escolhidos, mediante eleição, pelo voto secreto, 2 (dois) juízes, entre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e 3 (três) juízes, entre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

II. É competência privativa do Tribunal Superior Eleitoral propor ao Poder Legislativo o aumento do número dos Juízes de qualquer Tribunal Eleitoral, indicando a forma desse aumento.

III. A composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, mediante eleição em escrutínio secreto, é de 2 (dois) Juízes, entre os Desembargadores do Tribunal de Justiça, e de 2 (dois) Juízes de Direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça.

IV. Aos Tribunais Regionais Eleitorais compete processar e julgar originariamente o habeas corpus ou mandado de segurança, em matéria eleitoral, contra ato de autoridades que respondam perante os Tribunais de Justiça por crime de responsabilidade e, em grau de recurso, os denegados ou concedidos pelos Juízes Eleitorais.

V. As Juntas Eleitorais são compostas por 2 (dois) Juízes de Direito, sendo um o Presidente e o outro Vice-Presidente, e de 2 (dois) ou 4 (quatro) cidadãos de notória idoneidade.

- a) As assertivas II, III e IV são verdadeiras.
- b) Apenas a assertiva V é falsa.
- c) As assertivas I, II e V são falsas.
- d) Apenas as assertivas IV e V são verdadeiras.

94 (FCC Órgão: TRE-AM Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa\2010) Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais processar e julgar originariamente

- a) os crimes eleitorais cometidos pelos seus próprios juízes.
- b) o registro e a cassação de registro de candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República.
- c) a suspeição ou impedimento ao Procurador-Geral Eleitoral.
- d) o registro e o cancelamento de registro dos dire- tórios estaduais e municipais de partidos políticos.
- e) os habeas corpus, em matéria eleitoral, relativos a atos de Ministros de Estado.

95 (FCC Órgão: TRE-AM Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2010) Compete à Junta Eleitoral, dentre outras atribuições,

- a) aplicar penas disciplinares aos Juízes Eleitorais.
- b) processar e julgar originariamente as reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos quanto à sua contabilidade.
- c) organizar o fichário dos eleitores do Estado.
- d) julgar a arguição de suspeição ou impedimento dos Juizes Eleitorais.
- e) expedir diploma aos eleitos para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito Municipal.

96 (FCC Órgão: TRE-AM Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2010) Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais processar e julgar originariamente

- a) o registro e as cassações de registro de candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República.
- b) as impugnações à apuração do resultado geral na eleição de Presidente da República.
- c) as impugnações à proclamação dos eleitos e expedição de diploma na eleição de Presidente e Vice-Presidente da República.
- d) os crimes eleitorais e os comuns que lhe forem conexos cometidos pelos seus próprios juízes.
- e) os crimes eleitorais cometidos pelos Juízes Eleitorais.

97 (FCC Órgão: TRE-AM Prova: Analista Judiciário – Biblioteconomia\2010) As decisões que importarem em declaração de inconstitucionalidade de lei e anulação geral das eleições, entre outras, só poderão ser tomadas por

- a) maioria simples dos Membros do Tribunal e dos respectivos substitutos.
- b) unanimidade dos Membros do Tribunal.
- c) sentença do Presidente do Tribunal, após ouvido o Procurador Regional Eleitoral.

- d) deliberação conjunta do Presidente do Tribunal e Corregedor Regional Eleitoral.
- e) maioria absoluta dos Membros do Tribunal.

98 (FCC Órgão: TRE-AM Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária\2010) As transgressões pertinentes a origem de valores pecuniários, abuso do poder econômico ou político, em detrimento da liberdade de voto, nas eleições para Deputado Federal, serão apuradas mediante procedimento sumaríssimo de investigação judicial realizada pelo

- a) Corregedor-Geral Eleitoral.
- b) Corregedor Regional Eleitoral do respectivo Estado.
- c) Tribunal Superior Eleitoral.
- d) Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado.
- e) Ministério Público Eleitoral.

99 (FCC Órgão: TRE-AM Prova: Técnico Judiciário – Enfermagem\2010) Compete ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar originariamente o registro e a cassação de registro de candidatos

- a) Membros das Prefeituras Municipais.
- b) a Governador e Vice-Governador do Estado.
- c) Membros do Congresso Nacional.
- d) à Presidente e Vice-Presidente da República.
- e) Membros das Assembleias Legislativas.

100 (CESPE Órgão: TRE-MT Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa\2010) Assinale a opção correta com relação aos órgãos da justiça eleitoral.

- a) A justiça eleitoral é composta pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pelo TRE, na capital de cada estado e no DF, pelo Ministério Público Eleitoral e pelas juntas eleitorais.
- b) Os ministros do TSE são escolhidos entre juízes do STF e do STJ e entre representantes da advocacia.
- c) Por determinação legal, a sede do TSE é na capital da República e, por isso, a sua jurisdição encontra-se limitada ao DF.
- d) O corregedor do TSE deve ser escolhido entre os ministros do STF.
- e) O presidente do TSE deve ser escolhido entre ministros do STF e o vice-presidente, entre ministros do STJ.

101 (CESPE Órgão: TRE-MT Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa\2010) Segundo as regras estabelecidas na Lei n.º 4.737/1965, compete aos juízes eleitorais

- a) julgar os crimes eleitorais, sendo os crimes comuns, ainda que conexos, julgados pela justiça comum.
- b) constituir as juntas eleitorais e designar sua sede e jurisdição.
- c) ordenar o registro e a cassação do registro dos candidatos aos cargos eletivos municipais.
- d) processar e julgar outros juízes eleitorais que tenham cometido crimes eleitorais em sua jurisdição.
- e) processar e julgar o registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos.

102) (CESPE Órgão: TRE-BA Prova: Analista Judiciário – Taquigrafia\2010) As juntas eleitorais não são órgãos da justiça eleitoral, constituindo-se mera divisão regional realizada pelo juiz, que a preside.

- a- Certo
- b- Errado

103) (CESPE Órgão: TRE-BA Prova: Analista Judiciário – Taquigrafia\2010) Compete privativamente ao TSE julgar os conflitos de competência de juízes de determinado estado.

- a- Certo
- b- Errado

104) (CESPE Órgão: TRE-MT Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2010) Assinale a opção correta a respeito da organização da justiça eleitoral e, especialmente, do TRE.

- a) O juiz corregedor do TRE é o representante legal do Ministério Público Eleitoral.
- b) Três advogados de notável saber jurídico compõem o TRE e são responsáveis pela indicação do vice-presidente.
- c) É vedada a indicação de juiz de primeira instância para compor o TRE.
- d) O presidente do TRE deve ser um dos desembargadores do tribunal de justiça.
- e) Uma vaga do TRE é assegurada a membro do Ministério Público estadual.

105) (CESPE Órgão: TRE-MT Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2010) A jurisdição de cada uma das zonas eleitorais cabe a um juiz de direito em efetivo exercício, diz o Código Eleitoral. A respeito das funções, das responsabilidades e da competência do juiz eleitoral, assinale a opção correta.

- a) É atribuição do juiz eleitoral expedir o diploma dos eleitos nos pleitos municipais.
- b) Compete ao juiz eleitoral fornecer ao eleitor que não votou, mas justificou a ausência, certificado que o isente das sanções.
- c) Incumbe ao juiz eleitoral designar e nomear os integrantes das juntas eleitorais.
- d) É da competência do juiz eleitoral designar a sede da junta eleitoral.
- e) Cabe ao juiz eleitoral conceder licenças e férias aos servidores da justiça eleitoral.

106 (CESPE Órgão: TRE-BA Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2010) É matéria de competência do corregedor-geral e dos corregedores regionais eleitorais a realização de investigação jurisdicional para apurar transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários e a abuso de poder econômico ou político, em detrimento da liberdade de voto.

- a- Certo
- b- Errado

107 (CESPE Órgão: TRE-BA Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2010) Podem ser nomeados para compor uma mesma junta eleitoral servidores de uma mesma repartição pública ou empregados de uma mesma empresa privada.

- a- Certo
- b- Errado

108 (CESPE Órgão: TRE-BA Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa) A competência para decidir a respeito das duplicidades e pluralidades de inscrições, na esfera penal, será sempre do juiz criminal com atuação na circunscrição da zona onde foi efetuada a inscrição mais recente.

- a- Certo
- b- Errado

109 (CESPE Órgão: TRE-BA Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa\2010) As juntas eleitorais não são consideradas órgãos da justiça eleitoral, constituindo-se em mera divisão regional realizada pelo juiz que a preside.

- a- Certo
- b- Errado

110 (CESPE Órgão: TRE-BA Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa\2010) A aprovação do afastamento de juízes dos tribunais regionais eleitorais é de competência do TSE.

- a- Certo
- b- Errado

111 (CESPE Órgão: TRE-BA Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa\2010) Compete privativamente ao TSE julgar os conflitos de competência de juízes eleitorais de determinado estado.

- a- Certo
- b- Errado

112 (FCC Órgão: TJ-GO Prova: Juiz\2009) A respeito da composição das Mesas Receptoras de votos, considere:

I. Serventuários da justiça.

II. Agentes policiais.

III. Eleitores da própria Seção Eleitoral.

IV. Os que pertencerem ao serviço eleitoral.

V. Os parentes por afinidade de candidatos, até o segundo grau, inclusive.

NÃO podem ser nomeados presidentes e mesários, dentre outros, os indicados SOMENTE em

a) III, IV e V.

b) I, II e V.

c) I, II, III e IV.

d) I, III e IV.

e) II, IV e V.

113 (CESPE Órgão: TRE-PR Prova: Analista Judiciário - Análise de Sistemas\2010) Os juízes eleitorais possuem competência para ordenar o registro e a cassação do registro dos candidatos aos cargos eletivos municipais, devendo comunicá-los ao TRE.

a- Certo

b- Errado

114 (CESPE Órgão: TRE-PR Prova: Analista Judiciário – Medicina\2009) É atribuição das juntas eleitorais, entre outras, resolver as impugnações verificadas durante os trabalhos de contagem e apuração de votos.

a- Certo

b- Errado

115 (CESPE Órgão: TRE-PR Prova: Analista Judiciário – Medicina\2010) Compete ao TRE indicar os membros das juntas eleitorais e ao TSE, aprová-los e nomeá-los.

a- Certo

b- Errado

116 (CESPE Órgão: TRE-PR Prova: Analista Judiciário - Análise de Sistemas) A justiça eleitoral é formada pelo TSE, por um TRE em cada estado e no DF, pelas juntas eleitorais e pelos juízes eleitorais.

a- Certo

b- Errado

117 (CESPE Órgão: TRE-PR Prova: Analista Judiciário – Medicina\2009)As zonas eleitorais correspondem à menor fração territorial dentro da circunscrição judiciária eleitoral.

a- Certo

b- Errado

118 (CESPE Órgão: TRE-PR Prova: Analista Judiciário – Medicina\2009) Compete aos juízes dividir as seções em zonas eleitorais.

- a- Certo
- b- Errado

119 (VUNESP Órgão: TJ-MT Prova: Juiz\2009) Assinale a alternativa correta.

- a) O Tribunal Superior Eleitoral é composto de no mínimo sete membros, sendo que três deverão ser escolhidos entre os membros do Supremo Tribunal Federal, e, outros três dentre os membros do Superior Tribunal de Justiça.
- b) Os prazos na Justiça Eleitoral são contados de forma diversa da Justiça Comum, pois naquela computam-se sábados, domingos e feriados.
- c) Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso quando forem proferidas contra disposição expressa da Constituição Federal ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais.
- d) Compete aos Juízes Eleitorais resolver as impugnações e demais incidentes verificados durante os trabalhos da contagem e da apuração e expedir diploma aos eleitos para cargos municipais.
- e) Até 10 (dez) dias antes da nomeação, os nomes das pessoas indicadas para compor as juntas serão publicados no órgão oficial do Estado, podendo qualquer cidadão, no prazo de 3 (três) dias, em petição fundamentada, impugnar as indicações.

120 (MS CONCURSOS Órgão: TRE-SC Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa\2009) Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral, no prazo decadencial de quinze dias, contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude, devendo a ação tramitar em segredo de justiça.
- II. O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina é composto por sete juízes: quatro eleitos pelo Tribunal de Justiça, mediante voto secreto, sendo dois dentre seus desembargadores e dois dentre juízes de direito; dois nomeados pelo Presidente da República, dentre seis advogados, de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça; e um juiz federal, escolhido pelo Tribunal Regional Federal com jurisdição sobre o estado.
- III. Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso quando forem proferidas contra disposição expressa desta Constituição ou de lei; ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais; ver sar em sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais, estaduais ou municipais; anular em diplomas ou decretar em a perda de mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais; denegar em " habeas--corpus" , mandado de segurança, " habeas--data" ou mandado de injunção.
- IV. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, estando impedidos de se alistar , os estrangeiros e os conscritos.

- a) As assertivas número I, II e III são verdadeiras.
- b) As assertivas número I, II e IV são verdadeiras.
- c) Todas as assertivas são verdadeiras.
- d) Somente as assertivas número I e II são verdadeiras.

121 (MS CONCURSOS Órgão: TRE-SC Prova: Técnico Judiciário\2009) Sobre a composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Compõem-se de dois juízes, dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça, escolhidos mediante eleição.
- b) Compõem-se de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo.
- c) Compõem-se de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça e nomeados pelo Governador do Estado.
- d) Compõem-se de dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça, mediante eleição.

122 (MS CONCURSOS Órgão: TRE-SC Prova: Técnico Judiciário\2009) Sobre competência e atribuição do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) É competente para nomear os membros das mesas receptoras de votos.
- b) É competente para responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas, em tese, por autoridade pública ou partido político.
- c) É competente para constituir as juntas eleitorais e designar a respectiva sede e jurisdição.
- d) É competente para processar e julgar originariamente o registro de candidatos de sua circunscrição eleitoral aos cargos de governador, vice-governador, senador da república, deputado federal e deputado estadual.

123 (FCC Órgão: TRE-PI Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária\2009) Lauro é Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Maria é Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado; e Mário é advogado de notável saber jurídico e idoneidade moral. Nesse caso, preencha os demais requisitos legais,

- a) Lauro pode vir a integrar o Tribunal Superior Eleitoral; Maria pode vir a integrar o Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado; e Mário pode vir a integrar tanto o Tribunal Superior Eleitoral, como o Tribunal Regional Eleitoral.
- b) Lauro pode vir a integrar o Tribunal Regional Eleitoral; Maria pode vir a integrar o Tribunal Superior Eleitoral; e Mário pode vir a integrar somente o Tribunal Regional Eleitoral.
- c) Lauro pode vir a integrar o Tribunal Superior Eleitoral; Maria e Mário podem vir a integrar tanto o Tribunal Superior Eleitoral, como o Tribunal Regional Eleitoral.

d) Lauro, Maria e Mário podem vir a integrar tanto o Tribunal Superior Eleitoral, como o Tribunal Regional Eleitoral.

e) Lauro pode vir a integrar o Tribunal Superior Eleitoral; Maria pode vir a integrar o Tribunal Superior Eleitoral; e Mário pode vir a integrar somente o Tribunal Regional Eleitoral.

124 (FCC Órgão: TRE-PI Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária\2009) Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais

a) processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos pelos juízes que os integram.

b) processar e julgar originariamente a suspeição e impedimento aos juízes que os integram.

c) dividir a Zona Eleitoral em Seções Eleitorais.

d) nomear os membros das Mesas Receptoras.

e) exercer a ação pública e promovê-la até o final.

125 (FCC Órgão: TRE-PI Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2009) O registro de candidatos a membro do Congresso Nacional, a Governador do Estado e a Prefeito Municipal compete, respectivamente, ao

a) Tribunal Superior Eleitoral, ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Tribunal Regional Eleitoral .

b) Tribunal Superior Eleitoral, ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Juiz Eleitoral.

c) Tribunal Regional Eleitoral, ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Juiz Eleitoral.

d) Tribunal Regional Eleitoral, ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Tribunal Regional Eleitoral.

e) Tribunal Regional Eleitoral, ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Juiz Eleitoral.

126 (FCC Órgão: TRE-PI Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2009) Os juízes de Direito que integram o Tribunal Regional Eleitoral devem ser

a) indicados pelo Ministério Público Federal e nomeados pelo Presidente da República.

b) nomeados pelo Governador do respectivo Estado.

c) escolhidos por nomeação do Presidente da República.

d) escolhidos, mediante eleição e pelo voto secreto, pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado.

e) escolhidos pelo Congresso Nacional e nomeados pelo Presidente da República.

127 (FCC Órgão: TRE-PI Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2009) A respeito da polícia dos trabalhos eleitorais, é INCORRETO afirmar que

a) o Presidente da Mesa Receptora fará retirar do recinto ou do edifício quem estiver praticando qualquer ato atentatório da liberdade eleitoral.

- b) ao Presidente da Mesa Receptora e ao Juiz Eleitoral cabe a polícia dos trabalhos eleitorais.
- c) o Presidente da Mesa Receptora fará retirar do recinto ou do edifício quem não guardar ordem e compostura devidas.
- d) o Secretário da Segurança Pública pode intervir nos trabalhos eleitorais das Mesas Receptoras, quando suspeitar de qualquer procedimento fraudulento.
- e) o eleitor somente poderá permanecer no recinto da Mesa Receptora durante o tempo necessário à votação.

128 (FCC Órgão: TRE-PI Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa) A respeito das Seções Eleitorais, é certo que

- a) cada Seção Eleitoral terá uma Mesa Receptora para cada 300 eleitores.
- b) cada Seção Eleitoral terá no mínimo 300 eleitores.
- c) a cada Seção Eleitoral corresponde uma Mesa Receptora de votos.
- d) cada Seção Eleitoral terá no máximo 1.500 eleitores e 5 Mesas Receptoras.
- e) não haverá, nas capitais, limite mínimo nem máximo de eleitores integrantes de cada Seção Eleitoral.

129 (FCC Órgão: TRE-PI Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa) A respeito dos lugares de votação, considere:

- I. Funcionarão as Mesas Receptoras nos lugares destinados pelos Juízes Eleitorais 60 dias antes da eleição, publicando-se a designação.
- II. As propriedades particulares poderão ser cedidas para lugar de votação, mediante contrato de locação, precedido de concorrência pública.
- III. A decisão do Juiz Eleitoral a respeito da designação dos lugares de votação é irrecorrível, por basear-se em prévia instrução do respectivo Tribunal Regional Eleitoral.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II.
- e) II e III.

130 (FGV Órgão: TJ-PA Prova: Juiz\2009) As Juntas Eleitorais são compostas por:

- a) um juiz de direito, que será o presidente, 1 delegado de cada coligação e 1 ou 2 cidadãos de notória idoneidade.
- b) um juiz de direito, que será o presidente, um representante do Ministério Público, 1 delegado de cada partido ou 4 cidadãos de notória idoneidade.
- c) um juiz de direito, que será o presidente, e 2 ou 4 cidadãos de notória idoneidade.

d) um juiz de direito, que será o presidente e 1 delegado de cada coligação ou partido com candidatos à eleição majoritária.

e) um juiz de direito, que será o presidente, um representante do Ministério Público e 2 cidadãos de notória idoneidade.

131 (CESPE Órgão: TRE-MA Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa\2009) Criada pelo Código Eleitoral de 1932, a justiça eleitoral passou a ser a responsável pela organização e operacionalização do sistema eleitoral brasileiro, atividade fundamental para solidificação do estado democrático de direito. Considerando que, desde então, ela passou por diversas mudanças, assinale a opção que está de acordo com a normatização constitucional em vigor.

a) As juntas eleitorais, embora prestem importante assessoria ao trabalho dos juízes eleitorais, não são consideradas órgãos da justiça eleitoral strictu sensu, por serem formadas ordinariamente apenas por ocasião da realização de alguma eleição, sendo desfeitas logo a seguir.

b) O TSE é composto por apenas sete ministros, dos quais, três são ministros do STF e dois, ministros do STJ, escolhidos mediante declaração de voto pelos seus pares que têm assento no órgão especial das respectivas cortes, portanto, os ministros mais antigos.

c) O TRE/MA é composto por dois desembargadores do tribunal de justiça, dois juízes de direito, um juiz federal e dois advogados, sendo que apenas os desembargadores têm de ser escolhidos por votação secreta, tendo em vista que ocupam os dois cargos mais importantes, o de presidente e o de vice-presidente.

d) Uma das hipóteses em que cabe recurso para o TSE de decisões proferidas pelos TREs é se estas tiverem sido proferidas contra disposição expressa da CF ou da constituição estadual.

e) Os acórdãos proferidos pelos TREs não podem ser impugnados, perante o STF, por meio de recurso extraordinário.

132 (CESPE Órgão: TRE-MA Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa\2009) Assinale a opção correta a respeito da composição do TSE.

a) O advogado-geral da União integrará o TSE, caso seja indicado pelo presidente da República.

b) O advogado-geral da União integra o TSE, independentemente de indicação política.

c) Um juiz de trabalho de primeira instância faz parte do TSE por indicação do Tribunal Superior do Trabalho.

d) Um advogado militante integrará o TSE mediante indicação do Superior Tribunal Militar.

e) O corregedor eleitoral do TSE será ministro oriundo do STJ.

133 Com relação à composição e competência das juntas eleitorais, assinale a opção incorreta.

a) As juntas eleitorais são compostas por um juiz de direito, um escrivão eleitoral e, obrigatoriamente, quatro cidadãos de notória idoneidade.

- b) Os funcionários ocupantes de cargos de confiança do Poder Executivo, bem como os que integram o serviço eleitoral, não podem ser nomeados membros das juntas eleitorais.
- c) As atribuições das juntas eleitorais incluem a resolução de impugnações e incidentes verificados durante os trabalhos de apuração e a expedição dos boletins de apuração, uma vez concluída a contagem dos votos.
- d) Nos municípios com mais de uma junta eleitoral, a expedição dos diplomas será de competência da junta que for presidida pelo juiz eleitoral mais antigo.
- e) Constitui caso de afastamento imediato do presidente de junta eleitoral deixar de receber ou de mencionar em ata os protestos recebidos.

134 (CESPE Órgão: TRE-MG Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2009) Considerando a organização e as competências do TSE, assinale a opção correta.

- a) Os advogados que compõem o TSE são nomeados pelo presidente da República entre os indicados, em lista sêxtupla, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- b) O presidente, o vice-presidente e o corregedor eleitoral do TSE são escolhidos entre os ministros do Supremo Tribunal Federal que compõem o tribunal.
- c) As funções de procurador geral junto ao TSE são exercidas pelo procurador geral da República, funcionando, em suas faltas e impedimentos, seu substituto legal.
- d) Em razão de o TSE constituir a instância máxima da justiça eleitoral, suas decisões são sempre irrecorríveis.
- e) Cabe ao TRE de cada estado da Federação enviar ao presidente da República a lista organizada pelos tribunais de justiça, entre cidadãos de notável saber jurídico e idoneidade moral, para, em número de dois, compor os TREs.

135 (CESPE Órgão: TRE-MG Prova: Técnico Judiciário - Programação de Sistemas\2009) Considerando a composição, o funcionamento e as competências do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), julgue os itens a seguir.

- I Cabe ao TSE julgar os recursos interpostos às decisões dos TREs, salvo no que diz respeito às matérias administrativas, que são julgadas em caráter terminativo.
- II As decisões do TSE que importem anulação geral de eleições ou perda de diplomas só poderão ser tomadas com a presença de todos os seus membros.
- III O TSE compõe-se de, no mínimo, sete juízes, sendo três escolhidos entre os ministros do Supremo Tribunal Federal, dois entre os do Superior Tribunal de Justiça, dois entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral.
- IV Apenas os candidatos, os partidos políticos e as coligações podem arguir, perante o TSE, a suspeição ou o impedimento dos membros do tribunal.
- V Compete ao TSE processar e julgar a suspeição ou o impedimento de seus membros e à Procuradoria-Geral da República analisar a suspeição ou o impedimento do procurador-geral junto ao TSE.

Estão certos apenas os itens

d) Os juízes dos tribunais eleitorais são vitalícios, somente podendo perder o cargo por meio de decisão judicial transitada em julgado.

139 (CESPE Órgão: TRE-GO Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2009) Considerando a composição e as atribuições dos TREs, assinale a opção correta.

a) Os membros dos TREs são, todos eles, nomeados pelo presidente da República, entre cidadãos de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo tribunal de justiça de cada estado da Federação.

b) Os TREs deliberam por maioria de votos, em sessão pública, com a presença da maioria de seus membros.

c) Compete aos TREs processar o registro e o cancelamento do registro de candidatos a governador, vice-governador e deputado estadual, cabendo ao TSE o registro e o cancelamento do registro de candidatos a senador, deputado federal, presidente e vice-presidente da República.

d) As decisões dos TREs são irrecorríveis, e, portanto, terminativas, quando versarem sobre expedição de diplomas em eleições estaduais.

140 (CESPE Órgão: TRE-GO Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa\2009) No que concerne às normas acerca da composição e das atribuições das juntas eleitorais, assinale a opção correta.

a) Os partidos e os candidatos têm o direito legal de, até dez dias antes da data do pleito, em petição fundamentada, impugnar as indicações dos membros que irão compor as juntas eleitorais.

b) Os membros de diretórios de partidos políticos, estejam estes registrados no TSE ou não, só podem ser nomeados membros das juntas eleitorais se os respectivos nomes tiverem sido aprovados pelo TRE e, após isso, oficialmente publicados.

c) As matérias de competência da junta eleitoral são decididas pelo juiz eleitoral que a preside, no exercício da jurisdição eleitoral.

d) Depois de aprovação do TRE, os membros das juntas eleitorais serão nomeados pelo presidente daquele tribunal, a quem cumpre também designar-lhes a sede.

141 (CESPE Órgão: TRE-GO Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa) A respeito das competências dos tribunais eleitorais, assinale a opção incorreta.

a) Compete ao TSE julgar, originariamente, os conflitos de jurisdição entre juízes eleitorais do respectivo estado.

b) No desempenho de suas atribuições, o corregedor regional da Justiça Eleitoral poderá locomover-se para as zonas eleitorais, a requerimento de partido político, deferido pelo TRE.

c) São irrecorríveis as decisões do TSE, salvo as que declararem a invalidade de lei ou ato contrário à CF e as denegatórias de habeas corpus ou mandado de segurança.

d) Não podem fazer parte do TSE cidadãos que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o quarto grau, seja o vínculo legítimo ou ilegítimo, excluindo-se, nesse caso, o que tiver sido escolhido por

142 (FGV Órgão: Senado Federal Prova: Advogado\2009) Havendo conexão entre crime comum e outro eleitoral, a competência é do(a):

- a) Justiça Comum.
- b) Justiça Federal.
- c) Justiça Militar.
- d) Justiça Eleitoral.
- e) Superior Tribunal de Justiça.

143 (TJ-DFT Órgão: TJ-DF Prova: Juiz\2008) Assinale a alternativa incorreta:

- a) A Justiça Eleitoral é composta por três órgãos: Tribunal Superior Eleitoral; Tribunais Regionais Eleitorais e Juízes Eleitorais.
- b) O Presidente da Mesa Receptora detém a polícia dos trabalhos eleitorais, e assim fará retirar do recinto ou do edifício quem não guardar a ordem e compostura devidas e estiver praticando ato atentatório da liberdade eleitoral.
- c) O ofendido, ou seu representante legal, poderá pedir o exercício do direito de resposta à Justiça Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da veiculação da ofensa, quando se tratar de horário eleitoral gratuito.
- d) Sempre que o Código Eleitoral não indicar o grau mínimo, entende-se que será ele de quinze (15) dias para a pena de detenção e de um (1) ano para a de reclusão.

144 (CONSULPLAN Órgão: TRE-RS Prova: Técnico Administrativo\2008) Sobre a Justiça Eleitoral, marque a alternativa INCORRETA:

- a) São órgãos da Justiça Eleitoral: o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais.
- b) O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros.
- c) Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e no Distrito Federal.
- d) O Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os desembargadores.
- e) O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Eleitoral, dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

145 (FCC Órgão: MPE-PE Prova: Promotor de Justiça\2008) Integram os Tribunais Regionais Eleitorais, dentre outros,

- a) dois Desembargadores do Tribunal de Justiça do respectivo Estado, nomeados pelo Presidente da República.
- b) dois Juízes de Direito, escolhidos, mediante eleição, pelo voto secreto, pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado.
- c) um representante do Ministério Público Eleitoral, indicado pelo Procurador-Geral Eleitoral.

d) um Juiz do Tribunal Regional Federal com sede na capital do Estado ou do Distrito Federal, nomeado pelo Presidente da República.

e) um Juiz Federal nomeado pelo Presidente da República.

146 (CESPE Órgão: MPE-RO Prova: Promotor de Justiça\2008) Acerca da organização e do funcionamento da justiça eleitoral e do Ministério Público Eleitoral, assinale a opção correta.

a) O procurador-geral da República acumula o cargo de procurador-geral eleitoral.

b) Juiz eleitoral irmão de candidato a vereador na circunscrição poderá permanecer no cargo caso tenha sido nomeado antes da convenção partidária que indicou o candidato.

c) Advogado indicado pelo STF ocupará a vice-presidência do TSE.

d) Todos os tribunais eleitorais terão, no mínimo, um integrante indicado pelo MP.

e) O mandato dos juízes eleitorais, inclusive no TSE, é de três anos, vedada a recondução.

147 (MPE-PRÓrgão: MPE-PR Prova: Promotor de Justiça\2008) Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até 1 (um) ano da data de sua vigência.

II. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

III. Zonas Eleitorais são unidades territoriais municipais, de natureza administrativa e jurisdicional, criadas para controle de alistamento/transferência eleitoral e recepção de registros de candidaturas, bem assim para definição de competência jurisdicional, cuja titularidade cabe ao Juiz de Direito na função de Juiz Eleitoral.

IV. A Constituição Federal, com a redação determinada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, veda o exercício de atividade político partidária ao membro do Ministério Público.

V. O Procurador Regional Eleitoral, membro do Ministério Público Federal, exerce as funções nas causas de competência do Tribunal Regional Eleitoral, enquanto o Promotor Eleitoral, membro do Ministério Público local (estadual ou distrital), atua, pelo princípio da delegação, perante os Juízes e Juntas Eleitorais.

a) apenas as alternativas I, II e V estão corretas.

b) apenas as alternativas III, IV e V estão corretas.

c) as alternativas I e II estão incorretas.

d) todas as alternativas estão incorretas.

e) todas as alternativas estão corretas.

148 (CESPE Órgão: MPE-AM Prova: Promotor de Justiça\2008) Com relação à composição e às atribuições do TSE, conforme definição constitucional e legal, assinale a opção correta.

- a) O corregedor-geral eleitoral deve ser um ministro oriundo do MPF.
- b) O procurador-geral deve ser um ministro indicado pelo STJ.
- c) O vice-presidente do TSE deve sempre ser ministro do STF.
- d) O MPF deve indicar dois ministros do TSE.
- e) As reuniões do TSE devem ser secretas, salvo deliberação em contrário da maioria dos seus integrantes.

149 (FCC Órgão: TRE-SE Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa\2007) Dentre outros, fazem parte da composição do Tribunal Superior Eleitoral dois juízes

- a) entre seis advogados de notório saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Superior Tribunal de Justiça.
- b) escolhidos entre os Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados, escolhidos pelo Presidente da República.
- c) escolhidos mediante eleição e pelo voto secreto, entre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- d) escolhidos entre os Ministros do Supremo Tribunal Federal e nomeados por livre escolha do Presidente da República.
- e) federais, escolhidos pelos Tribunais Regionais Federais e nomeados pelo Presidente da República.

150 (FCC Órgão: TRE-SE Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa\2007) Dentre outras atribuições, compete aos Tribunais Regionais Eleitorais

- a) processar e julgar originariamente os crimes eleitorais e os comuns que lhe forem conexos cometidos pelos Juízes do próprio Tribunal Regional Eleitoral.
- b) julgar os recursos interpostos das decisões dos Juízes Eleitorais que concederem ou denegarem habeas corpus ou mandado de segurança.
- c) fornecer aos que não votaram por motivo justificado um certificado que os isente das sanções legais.
- d) processar e julgar originariamente os conflitos de jurisdição entre Tribunais Regionais e Juízes Eleitorais de Estados diferentes.
- e) providenciar para a solução das ocorrências que se verificarem nas Mesas Receptoras.

151 (FCC Órgão: TRE-SE Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2007) Considere:

I. Presidente da República.

II. Vice-Presidente da República.

III. Senador.

IV. Governador do Estado.

V. Vice-Governador do Estado.

VI. Deputado Federal.

VII. Deputado Estadual.

VIII. Prefeito Municipal.

IX. Vereador.

Compete ao respectivo Tribunal Regional Eleitoral expedir os diplomas dos candidatos eleitos para SOMENTE os cargos indicados em

a) I, II, III e VI

b) I, II, IV, V e VIII.

c) III, IV, V, VI e VII.

d) IV, V, VII, VIII e IX.

e) VI, VII, VIII e IX.

152 (FCC Órgão: TRE-SE Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2007) Os Tribunais Regionais Eleitorais dentre outras situações,

a) são compostos por juízes escolhidos pelo Presidente da República dentre Desembargadores do Tribunal de Justiça do respectivo Estado e advogados.

b) não têm caráter permanente e só são compostos por ocasião de cada eleição.

c) têm a atribuição de diplomar os Prefeitos Municipais e Vereadores eleitos dentro dos respectivos Estados.

d) elegerão seu Presidente e Vice-Presidente dentre os Desembargadores que o compõem.

e) têm sede na capital de cada Região da Federação, podendo existir mais de um para cada Estado e para o Distrito Federal.

153 (FCC Órgão: TRE-SE Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2007) O órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requereu o arquivamento da comunicação. O Juiz, considerando improcedentes as razões invocadas, fez a remessa da comunicação ao Procurador Regional que insistiu no pedido de arquivamento. Nesse caso, o Juiz

a) encaminhará os autos à Corregedoria Regional.

b) poderá instaurar a ação penal através de Portaria.

c) estará obrigado a atender.

d) remeterá os autos ao Tribunal Regional Eleitoral.

e) notificará a vítima para oferecer ação penal privada subsidiária

154 (FCC Órgão: TRE-SE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2007) A competência para processar e julgar originariamente o registro e o cancelamento de registro de candidatos a Senador é

- a) do Tribunal Superior Eleitoral.
- b) das Juntas Eleitorais.
- c) da Corregedoria Regional Eleitoral.
- d) dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- e) da Corregedoria-Geral Eleitoral.

155) (FCC Órgão: TRE-SE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2007) É do Juiz Eleitoral a competência para designação dos membros das mesas receptoras de votos. Dentre outros, poderão ser nomeados Mesários

- a) parentes por afinidade de candidatos, até o segundo grau, inclusive.
- b) advogados e jornalistas pertencentes à própria Seção Eleitoral.
- c) membros de Diretórios de partido com função executiva.
- d) autoridades e agentes policiais.
- e) funcionários no desempenho de cargos de confiança do Executivo.

156 (FCC Órgão: TRE-SE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2007) A apuração das eleições para Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual compete

- a) ao Tribunal Superior Eleitoral, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunais Regionais Eleitorais, respectivamente.
- b) ao Tribunal Superior Eleitoral.
- c) aos Tribunais Regionais Eleitorais.
- d) aos Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunal Superior Eleitoral, e Tribunais Regionais Eleitorais, respectivamente.
- e) aos Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral, respectivamente.

157 (FCC Órgão: TRE-SE Prova: Técnico Judiciário - Operação de Computador/2007) Dentre outras atribuições, compete ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar originariamente o registro e a cassação do registro de candidatos a

- a) Deputado Federal.
- b) Deputado Estadual.
- c) Prefeito Municipal.
- d) Senador.
- e) Presidente da República.

158 (CESPE Órgão: TRE-AP Prova: Analista Judiciário - Tecnologia da Informação/2007) Ainda acerca do tratamento constitucional dos tribunais e juízes eleitorais, assinale a opção correta.

- a) Os presidentes do TSE e dos TREs são escolhidos entre os seus membros, na forma do respectivo regimento interno, por eleição, com voto secreto, para um mandato de dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.
- b) Na composição dos TREs, uma das vagas é destinada à justiça federal e poderá ser ocupada por um juiz federal substituto.
- c) A função de juiz eleitoral, no âmbito do Distrito Federal, pode ser exercida tanto por um juiz de direito vinculado ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios quanto por um juiz federal.
- d) A organização e funcionamento das juntas eleitorais não é matéria reservada à lei complementar.
- e) No que se refere à matéria eleitoral, compete ao TSE conhecer e julgar os conflitos de competência entre um TRE e o tribunal de justiça estadual.

159 (CESPE Órgão: TRE-AP Prova: Analista Judiciário - Tecnologia da Informação/2007) Acerca da organização da justiça eleitoral, prevista no Código Eleitoral, assinale a opção correta.

- a) Considere que Maria seja juíza eleitoral no estado do Amapá e que seu tio, Antônio, pretenda se candidatar ao cargo de senador por esse estado. Nessa hipótese, conforme dispõe o Código Eleitoral, Maria não poderá servir como juíza eleitoral, desde a homologação da respectiva convenção partidária até a apuração final da eleição.
- b) Suponha que Pedro seja advogado da União e que se encontre, há mais de 10 anos, inscrito nos quadros da OAB. Nesse caso, ele não poderá ser nomeado pelo presidente da República para ocupar, no TSE, uma das vagas destinadas aos advogados.
- c) Considere que Marco tenha cometido crime eleitoral em conexão com outros crimes comuns de competência da justiça federal. Nessa hipótese, deve haver a cisão dos processos, para que a justiça eleitoral aprecie apenas os crimes eleitorais, cabendo à justiça federal a competência para julgar os demais.
- d) O TSE e os TREs têm competência para, em matéria eleitoral, responder às consultas que lhes forem formuladas em tese por autoridade com jurisdição federal ou por órgão nacional de partido político.
- e) Servidor público federal da justiça eleitoral que não seja formado em direito poderá compor junta eleitoral, salvo na função de presidente.

160 (CESPE Órgão: TRE-AP Prova: Técnico Judiciário - Programação de Sistemas/2007) Acerca do tratamento constitucional aos tribunais e juízes eleitorais, assinale a opção correta.

- a) Os membros dos tribunais regionais eleitorais (TREs) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) serão nomeados pelo presidente da República.
- b) Cabe recurso das decisões dos TREs quando elas anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais.
- c) Os tribunais eleitorais devem se dividir em turmas ou câmaras.

d) À justiça eleitoral aplica-se o princípio da temporariedade, segundo o qual nenhum magistrado tem vinculação permanente com a justiça eleitoral, integrando-a sempre por prazo determinado.

e) A Constituição determina que em cada estado da federação deve haver um TRE, visando, dessa forma, assegurar ampla autonomia a cada entidade federativa. Por isso, cada TRE deve ser composto exclusivamente de autoridades locais.

161) (CESPE Órgão: TRE-AP Prova: Técnico Judiciário - Programação de Sistemas/2007) Ainda acerca do tratamento constitucional aos tribunais e juízes eleitorais, assinale a opção correta.

a) Ressalvados os embargos de declaração, todas as decisões proferidas pelo TSE são irrecorríveis.

b) O cargo de corregedor eleitoral, no âmbito do TSE, deve ser exercido por um dos ministros oriundos do Superior Tribunal de Justiça, após eleição no âmbito daquele tribunal.

c) Os substitutos dos membros da justiça federal deverão ser escolhidos pelos próprios TREs.

d) Quando os TREs proferirem decisões contra disposição expressa na Constituição Federal ou em lei, não caberá recurso ao TSE, mas sim ao Supremo Tribunal Federal.

e) Embora a organização e a competência da justiça eleitoral encontrem-se previstas taxativamente no texto constitucional, lei ordinária pode dispor sobre a matéria, de forma a ampliá-la ou reduzi-la.

162) (FCC Órgão: TRE-PB Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2007) Em cada Estado da Federação e no Distrito Federal haverá um Tribunal Regional Eleitoral composto por dois juízes, escolhidos mediante eleição e pelo voto secreto dentre os Desembargadores do Tribunal de Justiça; um Juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal ou, não havendo, de Juiz Federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal respectivo; dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça; e

a) dois juízes, dentre Juízes de Direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado.

b) dois juízes, dentre Ministros do Superior Tribunal de Justiça, escolhidos mediante eleição e pelo voto secreto.

c) um representante do Ministério Público Estadual indicado pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado.

d) um representante do Ministério Público Federal indicado pela Procuradoria-Geral da República.

e) um representante dos Partidos Políticos indicado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

163) (FCC Órgão: TRE-PB Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2007) Considere:

I. Cassação de registro de partidos políticos.

II. Constituição das Juntas Eleitorais e designação da respectiva sede e jurisdição.

III. Divisão da Zona em Seções Eleitorais.

Tais atribuições se inserem, dentre outras, na competência

a) do Tribunal Superior Eleitoral, dos Juízes Eleitorais e dos Juizes Eleitorais, respectivamente.

- b) do Tribunal Superior Eleitoral.
- c) dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- d) dos Tribunais Regionais Eleitorais, do Tribunal Superior Eleitoral e dos Juizes Eleitorais, respectivamente.
- e) do Tribunal Superior Eleitoral, dos Tribunais Regionais Eleitorais e dos Juizes Eleitorais, respectivamente.

164 (FCC Órgão: TRE-PB Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2007) Paulo foi eleito Senador; Pedro foi eleito Deputado Federal; e Plínio ficou na condição de Suplente de Deputado Estadual. Nesse caso,

- a) os diplomas de Paulo e Pedro serão expedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado e Plínio não receberá diploma.
- b) os diplomas de Paulo, Pedro e Plínio serão expedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado.
- c) os diplomas de Paulo, Pedro e Plínio serão expedidos pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- d) o diploma de Paulo será expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral e os de Pedro e Plínio pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado.
- e) o diploma de Paulo será expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral, o de Pedro pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado e Plínio não receberá diploma.

165 (FCC Órgão: TRE-MS Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2007) Carlos é parente, por afinidade, em quarto grau, de candidato. Diana é esposa de candidato. Tiago pertence ao serviço eleitoral. Geraldo é formado em engenharia. A nomeação para membro de Junta Eleitoral pode recair em

- a) Carlos e Geraldo.
- b) Carlos e Tiago.
- c) Tiago e Geraldo.
- d) Diana e Tiago.
- e) Carlos e Diana.

166 (FCC Órgão: TRE-MS Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2007) João é Delegado de Polícia. José pertence ao Serviço eleitoral. Pedro é serventuário da Justiça do Trabalho. Paulo é professor. Mário é diplomado em escola superior. Dentre eles, a nomeação para Presidente de Mesa Receptora de votos SOMENTE poderá recair em

- a) Pedro, Paulo e Mário.
- b) José, Paulo e Mário.
- c) João, José e Pedro.
- d) João, José e Mário.
- e) José e Pedro.

167 (FCC Órgão: TRE-MS Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2007) Cabe recurso ordinário das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais, entre outras das que

- a) versarem sobre a expedição de diplomas nas eleições municipais.
- b) concederem habeas corpus.
- c) denegarem mandado de segurança.
- d) forem proferidas contra expressa disposição de lei.
- e) divergirem de outro Tribunal Eleitoral na interpretação de lei.

168 (FCC Órgão: TRE-MS Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2007) João é agente policial. José desempenha cargo de confiança do Executivo. Paulo pertence ao serviço eleitoral. Pedro é advogado militante na região. Podem ser nomeados membros das Juntas Eleitorais, APENAS

- a) Paulo
- b) Paulo e Pedro.
- c) João e Paulo.
- d) José e Pedro.
- e) Pedro.

169 (CESPE Órgão: TRE-PA Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2007) De acordo com as disposições legais e constitucionais vigentes, assinale a opção incorreta.

- a) O Código Eleitoral contém normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos; precipuamente, os de votar e ser votado.
- b) Diversamente do que ocorre com as leis em geral, compete ao TSE expedir instruções para a fiel execução do Código Eleitoral e das demais normas eleitorais.
- c) Todo o poder emana do povo, que o exerce ou por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal; os mandatários são escolhidos, direta e secretamente, entre candidatos indicados por partidos políticos nacionais, ressalvada a eleição indireta nos casos previstos na Constituição e em leis específicas.
- d) Entre os que não podem alistar-se como eleitores, estão os analfabetos.
- e) Qualquer cidadão pode pretender investidura em cargo eletivo, respeitadas as condições constitucionais e legais de elegibilidade e incompatibilidade.

170 (CESPE Órgão: TRE-PA Prova: Analista Judiciário – Contabilidade/2007) Acerca do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que é composto por sete juízes, assinale a opção correta.

- a) O TSE, pelo voto secreto, elege três juízes entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e dois entre os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- b) O presidente da República nomeia dois juízes entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo TSE.
- c) Não podem fazer parte do TSE cidadãos que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o quarto grau.
- d) A nomeação dos juízes escolhidos entre os advogados poderá recair em cidadão que ocupe cargo de ministro de Estado, mas o nomeado não poderá exercer mandato de caráter político, federal, estadual ou municipal.

e) O TSE elegerá seu presidente entre os ministros do Supremo Tribunal Federal; o vice-presidente, entre os ministros do STJ; e o corregedor eleitoral, entre seus membros.

171 (CESPE Órgão: TSE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2007) Assinale a opção correta no tocante à disciplina normativa relativa aos juízes eleitorais.

- a) Os juízes eleitorais são designados pelo TSE para presidir as zonas eleitorais.
- b) Todos os mandados de segurança em matéria eleitoral devem ser processados e julgados pelos juízes eleitorais de primeira instância.
- c) Os juízes de direito não podem atuar como juízes eleitorais por período superior a dois biênios consecutivos.
- d) Os juízes eleitorais despacharão quinzenalmente nas zonas eleitorais que jurisdicionam.

172 (CESPE Órgão: TSE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2007) Assinale a opção incorreta em relação aos órgãos da justiça eleitoral.

- a) São órgãos da justiça eleitoral as juntas eleitorais.
- b) O TSE será composto por sete ministros, dos quais três serão do STF e dois, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- c) Os TREs elegerão seus presidentes entre os seus desembargadores.
- d) Compete ao TSE processar e julgar originariamente os conflitos de jurisdição entre juízes eleitorais do mesmo estado.

173 (CESPE Órgão: TSE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2007) Aos setenta anos de idade, um desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) aposentou-se, deixando, desse modo, o cargo de desembargador do respectivo TRE.

Acerca da situação acima apresentada e das disposições da Lei n.º 4.737/1965, assinale a opção correta.

- a) O TJPA deverá organizar lista tríplice, que será enviada ao TRE, com as indicações de substitutos ao cargo de desembargador desta Corte eleitoral.
- b) A referida lista poderá conter nomes de membros do Ministério Público estadual.
- c) Os partidos poderão impugnar qualquer indicação constante da lista tríplice e, se julgada procedente a impugnação, a lista será devolvida ao tribunal de origem para complementação.
- d) O filho do primo de um dos desembargadores que compõem o TRE não poderá ser nomeado desembargador deste mesmo tribunal, em virtude de seu grau de parentesco.

174 (CESPE Órgão: TSE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2007) João requereu, em maio de 2006, à justiça eleitoral, a transferência de seu domicílio para outro município, local onde atualmente reside. Jorge, primo de João, registrou candidatura ao cargo de vereador do mesmo município onde João é domiciliado. Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) João não poderá ser nomeado escrivão eleitoral, para a circunscrição em que Jorge tiver registrado sua candidatura.
- b) Na falta do juiz eleitoral para julgar o requerimento de João, caberá ao juiz federal o julgamento.
- c) É da competência do escrivão eleitoral mandar organizar, em ordem alfabética, a relação dos eleitores de cada seção, para remessa à mesa receptora.
- d) É da competência do juiz eleitoral conceder transferência de eleitor.

175 (CESPE Órgão: TSE Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2007) Luana tomou posse no cargo de juíza há cerca de seis meses e já foi designada para presidir zona eleitoral em Porto Alegre - RS. Com referência a essa situação hipotética e às normas que regem a justiça eleitoral, assinale a opção correta.

- a) O exercício do cargo de juiz eleitoral requer exclusividade, não sendo possível acumular as funções jurisdicionais anteriormente exercidas com as da justiça eleitoral.
- b) Não é possível que juiz em estágio probatório assumira funções de juiz eleitoral.
- c) Para presidir zona eleitoral em Porto Alegre - RS, é necessário que Luana seja juíza federal.
- d) É competência do juiz eleitoral expedir títulos eleitorais.

176 (CESPE Órgão: TSE Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2007) Emerson, que foi designado para compor junta eleitoral no município de seu domicílio, é candidato ao cargo de vereador. Acerca dessa situação hipotética e da disciplina normativa das juntas eleitorais, assinale a opção incorreta.

- a) Emerson não poderá participar da junta eleitoral, por expressa vedação legal.
- b) Caso Emerson seja eleito ao cargo de vereador, caberá à junta eleitoral expedir o competente diploma.
- c) As juntas eleitorais são órgãos colegiados de 2.ª instância da justiça eleitoral.
- d) O presidente da junta eleitoral deverá ser sempre um juiz de direito.

177 (FCC Órgão: TRE-SP Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa) A respeito da composição dos órgãos da Justiça Eleitoral, é correto afirmar que

- a) compõem o Tribunal Superior Eleitoral, dentre outros, dois Juízes, escolhidos e nomeados pelo Presidente da República dentre os Ministros do Superior Tribunal Federal.
- b) o Tribunal Superior Eleitoral elegerá o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal que o integram.
- c) compõem os Tribunais Regionais Eleitorais, dentre outros, dois Juízes escolhidos, mediante eleição e pelo voto secreto, dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado.
- d) o Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu Presidente dentre quaisquer de seus integrantes.
- e) compõem os Tribunais Regionais Eleitorais, dentre outros, dois Juízes, escolhidos pelo Tribunal de Justiça do Estado, mediante eleição e pelo voto secreto, dentre os Membros do Ministério Público.

178 (FCC Órgão: TRE-SP Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2006) Dentre outras atribuições, compete aos Juízes Eleitorais

- a) expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor.
- b) constituir as Juntas Eleitorais e designar a respectiva sede e jurisdição.
- c) dividir a respectiva circunscrição e Zonas Eleitorais.
- d) processar e julgar os crimes cometidos por Juízes Eleitorais.
- e) processar e julgar o registro de candidatos às Assembléias Legislativas.

179 (FCC Órgão: TRE-SP Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2006) Tício é Juiz do Tribunal Regional Federal com sede em São Paulo e poderá vir a integrar o

- a) Tribunal Superior Eleitoral, se for escolhido pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- b) Tribunal Superior Eleitoral, se for escolhido pelo Tribunal Regional Federal a que pertence.
- c) Tribunal Superior Eleitoral, se for nomeado pelo Presidente da República.
- d) Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, se for nomeado pelo Presidente da República.
- e) Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, se for escolhido pelo Tribunal Regional Federal a que pertence.

180 (FCC Órgão: TRE-SP Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2006) Integram a composição do Tribunal Superior Eleitoral dois juízes, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados

- a) pelo Superior Tribunal de Justiça e escolhidos, mediante eleição e pelo voto secreto, pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) pela Ordem dos Advogados do Brasil e escolhidos, mediante eleição e pelo voto secreto, pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) pela Ordem dos Advogados do Brasil e nomeados pelo Presidente da República.
- d) pelo Supremo Tribunal Federal e nomeados pelo Presidente da República.
- e) pela Ordem dos Advogados do Brasil e escolhidos, mediante eleição e pelo voto secreto, pelo Superior Tribunal de Justiça.

181 (FCC Órgão: TRE-SP Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2006) Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais

- a) expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor.

- b) processar e julgar originariamente o registro e o cancelamento do registro dos diretórios municipais de partidos políticos.
- c) dividir a Zona em Seções Eleitorais.
- d) expedir diploma aos eleitos para cargos municipais.
- e) nomear os membros das Mesas Receptoras.

182 (FCC Órgão: TRE-SP Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2006) A competência para processar e julgar originariamente o registro e o cancelamento do registro de candidatos a membros do Congresso Nacional é

- a) das Juntas Eleitorais.
- b) do Tribunal Superior Eleitoral.
- c) do Tribunal Regional Eleitoral.
- d) do Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral.
- e) do Procurador-Regional Eleitoral.

183 (FCC Órgão: TRE-SP Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2006) Considere as assertivas a respeito da composição dos órgãos da Justiça Eleitoral:

- I. Integram o Tribunal Superior Eleitoral três juízes, escolhidos mediante eleição e pelo voto secreto, dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- II. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- III. Integram os Tribunais Regionais Eleitorais três juízes, dentre juízes de direito, nomeados pelo Governador do Estado.
- IV. O Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Desembargadores que o integram.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e IV.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.

184 (FCC Órgão: TRE-APP Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2006) Dentre outras atribuições, compete aos Tribunais Regionais Eleitorais

- a) providenciar para a solução das ocorrências que se verificarem nas Mesas Receptoras.
- b) processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos pelos Juízes do próprio Tribunal Regional Eleitoral.

- c) processar e julgar originariamente o registro e a cassação do registro dos partidos políticos e dos diretórios nacionais.
- d) fornecer aos que não votaram por motivo justificado um certificado que os isente das sanções legais.
- e) julgar os recursos interpostos das decisões dos Juízes Eleitorais que concederem ou negarem habeas-corpus ou mandado do segurança.

185 (FCC Órgão: TRE-AP Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2006) Também fazem parte da composição do Superior Tribunal Eleitoral, através de nomeação do Presidente da República,

- a) dois juízes, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) dois juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- c) dois juízes dentre os Desembargadores dos Tribunais de Justiça do Estado.
- d) dois juízes dentre juízes de direito de qualquer Estado da Federação.
- e) três juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça

186 (FCC Órgão: TRE-AP Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2006) Dentre outras atribuições, compete ao Tribunal Superior Eleitoral

- a) processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos pelos Juizes Eleitorais.
- b) processar e julgar originariamente o registro e a cassação do registro de candidatos ao Senado Federal.
- c) julgar os recursos interpostos das decisões dos Juízes Eleitorais que concederem ou negarem habeas-corpus e mandado de segurança.
- d) processar e julgar originariamente as impugnações à expedição de diploma na eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República.
- e) constituir na forma da lei as Juntas Eleitorais, bem como designar a respectiva sede e jurisdição.

187 (FCC Órgão: TRE-AP Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2006) Dentre outras atribuições, compete ao Superior Tribunal Eleitoral

- a) dividir a Zona em Seções Eleitorais, expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor.
- b) processar e julgar originariamente o registro e o cancelamento de registro de candidatos a Governador e Vice-Governador dos Estados.
- c) julgar os recursos interpostos dos atos e das decisões proferidas pelos Juízes e Juntas Eleitorais.
- d) elaborar o Regimento Interno dos Tribunais Regionais Eleitorais dos Estados da Federação.
- e) processar e julgar originariamente a suspeição ou impedimento ao Procurador-Geral Eleitoral.

188 (FCC Órgão: TRE-APProva: Analista Judiciário - Área Judiciária/2006) Também fazem parte da composição dos Tribunais Regionais Eleitorais:

- a) um juiz do Superior Tribunal de Justiça, escolhido, mediante eleição e pelo voto secreto, pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) dois juízes, dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça, indicados em lista sêxtupla e nomeados pelo Presidente da República.
- c) dois juízes, escolhidos pelo Tribunal de Justiça, mediante eleição e pelo voto secreto, dentre Juízes de Direito.
- d) dois juízes, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, escolhidos, mediante eleição, pela Ordem dos Advogados do Brasil.
- e) um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na capital do Estado, nomeado por livre escolha do Presidente da República

189 (FCC Órgão: TRE-RN Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2005) Valdir é Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Paulus é Juiz Federal e Brutus é Desembargador de Tribunal de Justiça. Valdir, Paulus e Brutus, observados os demais requisitos legais quanto à escolha e forma de provimento, podem vir a fazer parte

- a) de Tribunal Regional Eleitoral, de Tribunal Regional Eleitoral e do Tribunal Superior Eleitoral, respectivamente.
- b) de Tribunal Regional Eleitoral, do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunal Regional Eleitoral, respectivamente.
- c) do Tribunal Superior Eleitoral, de Tribunal Regional Eleitoral e de Tribunal Regional Eleitoral, respectivamente.
- d) do Tribunal Superior Eleitoral.
- e) de Tribunal Regional Eleitoral.

190 (FCC Órgão: TRE-RN Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2005) A respeito das mesas receptoras de votos, é correto afirmar:

- a) Cabe ao Tribunal Regional Eleitoral a nomeação dos integrantes das mesas receptoras.
- b) As autoridades e os agentes policiais podem ser nomeados presidentes e mesários.
- c) A nomeação dos integrantes das mesas eleitorais poderá ocorrer até trinta dias antes da eleição.
- d) Os diplomados em escola superior, os professores e os serventuários da Justiça não podem ser nomeados mesários.
- e) É constituída por um presidente, um primeiro e um segundo mesários, dois secretários e um suplente.

191 (FCC Órgão: TRE-MG Prova: Técnico Judiciário - Programação de Sistemas/2005) Tício, advogado militante em Belo Horizonte, pode vir a integrar o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais por nomeação do

- a) Governador do Estado, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.
- b) Governador do Estado, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Superior Tribunal de Justiça.
- c) Presidente da República, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Superior Tribunal de Justiça.
- d) Presidente da República, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.
- e) Presidente da República, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil.

192 (FCC Órgão: TRE-MG Prova: Técnico Judiciário - Programação de Sistemas/2005) Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais, dentre outras atribuições,

- a) processar e julgar originariamente as impugnações à apuração do resultado geral na eleição de Presidente e Vice-Presidente da República.
- b) apurar, com os resultados parciais enviados pelas Juntas Eleitorais, os resultados finais das eleições de membros do Congresso Nacional.
- c) aprovar a divisão dos Estados em Zonas Eleitorais ou a criação de novas Zonas Eleitorais.
- d) aprovar o afastamento do exercício dos cargos efetivos dos Juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- e) registrar e cassar o registro de candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República.

193 (FCC Órgão: TRE-MG Prova: Técnico Judiciário - Programação de Sistemas/2005) Dentre outras atribuições, compete à Junta Eleitoral

- a) designar, até sessenta dias antes das eleições, os locais das seções.
- b) expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor.
- c) instruir os membros das Mesas Receptoras sobre as suas funções.
- d) determinar a inscrição e a exclusão de eleitores.
- e) expedir diploma aos eleitos para cargos municipais.

194 (FAPEU Órgão: TRE-SC Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2005) Assinale a alternativa CORRETA.

Os Tribunais Regionais Eleitorais são compostos:

- a) de sete juízes de carreira eleitos pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado, para servirem por dois anos.
- b) de, no mínimo, sete juízes, sendo dois eleitos dentre desembargadores, três juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça e, pelo menos, dois advogados indicados pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado.
- c) de sete membros, sendo dois desembargadores, dois juízes de direito, dois advogados e um desembargador ou juiz federal.
- d) de, pelo menos, sete membros, sendo, no mínimo, dois desembargadores, dois juízes de direito, dois advogados e um desembargador ou juiz federal.

195 (CESPE Órgão: TRE-MT Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2005) Considerando as mutações constitucionais e infraconstitucionais no decorrer dos tempos, pode-se afirmar a posição de que os textos básicos da legislação eleitoral no Brasil são: a Lei Maior, o Código Eleitoral, a Lei de Inelegibilidades (Lei Complementar n.º 64/1990); a Lei das Eleições (Lei n.º 9.504/1997) e a Lei dos Partidos Políticos (Lei n.º 9.096/1995).

A respeito dos preceitos do Código Eleitoral brasileiro relativos à composição e à competência dos TREs, assinale a opção incorreta.

- a) O presidente do TRE será sempre um dos desembargadores indicados pelo tribunal de justiça do respectivo ente.
- b) O corregedor regional da justiça eleitoral será um juiz federal.
- c) Compete aos TREs processar e julgar, originariamente, os conflitos de jurisdição entre juízes eleitorais do mesmo estado.
- d) As decisões dos TREs são irrecorríveis, em princípio, mas o código admite exceções.
- e) Os TREs deliberam por maioria de votos, presente a maioria dos seus integrantes.

196 (CESPE Órgão: TRE-MT Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2005) Com base no que dispõe o Código Eleitoral a respeito dos juízes eleitorais, julgue os itens subseqüentes.

I Os juízes eleitorais são juízes de direito.

II Nas comarcas em que houver mais de uma vara, o serviço eleitoral será de competência de todos os juízes.

III É da competência dos juízes eleitorais fazer o registro das candidaturas a prefeito.

IV O juiz eleitoral é competente para dividir a zona eleitoral em seções.

V O juiz eleitoral é competente para constituir as juntas eleitorais.

A quantidade de itens certos é igual a

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3
- d) 4
- e) 5.

197 (CESPE Órgão: TRE-MT Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2005) A respeito da composição e das atribuições das juntas eleitorais, nos termos do Código Eleitoral, assinale a opção correta.

- a) As juntas eleitorais são compostas de sete integrantes.
- b) Compete às juntas eleitorais a expedição dos títulos de eleitor.
- c) Compete ao presidente da junta eleitoral nomear os escrutinadores das eleições.
- d) Servidor da justiça eleitoral, em situações específicas previstas no código, pode ser designado membro de junta eleitoral.
- e) Policiais militares podem ser designados membros de junta eleitoral.

198 (CESPE Órgão: TRE-MT Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2005) No Brasil, o Poder Judiciário conta com uma estrutura autônoma, um ramo especializado, destinado a dizer o direito nas lides eleitorais. Cabe à justiça eleitoral julgar os processos eleitorais e também organizar a eleição, do ponto de vista administrativo. Nesse sentido, a Constituição Federal e o Código Eleitoral estatuem os critérios para a organização da justiça eleitoral e a definição de sua competência. A esse respeito, assinale a opção correta.

- a) A Constituição Federal determina que lei ordinária disporá sobre a organização e a competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais.
- b) O vice-presidente do tribunal regional eleitoral será necessariamente um desembargador indicado pelo presidente do tribunal de justiça do estado respectivo.
- c) É vedada a recondução de juízes de tribunais eleitorais.
- d) Os substitutos dos membros efetivos dos tribunais eleitorais são escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.
- e) O presidente da República indica três dos seis advogados escolhidos pelo Supremo Tribunal Federal para ministros do TSE.

199 (CESPE Órgão: TRE-MT Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2005) Entre os membros do TRE/MT, deve haver

- a) dois desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (TJ/MT), que ocuparão a presidência e a vice-presidência do TRE/MT.
- b) dois juízes de direito do estado de Mato Grosso, eleitos pelos seus pares.
- c) um juiz do tribunal regional federal com jurisdição sobre o estado de Mato Grosso, eleito pelo tribunal mediante voto secreto.
- d) um membro do Ministério Público Eleitoral, indicado pelo procurador regional eleitoral.
- e) um advogado, escolhido pelo governador do estado de Mato Grosso em uma lista tríplice elaborada pelo TJ/MT.

200 (CESPE Órgão: TRE-GO Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2005) A respeito da repartição de competências entre os órgãos da justiça eleitoral, no sistema constitucional brasileiro, considerando as atribuições que o Código Eleitoral confere a cada órgão, julgue os itens subseqüentes.

I Cabe ao TSE julgar conflito de jurisdição entre juízes eleitorais de estados diferentes.

II Compete ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) julgar crimes eleitorais cometidos por juízes eleitorais.

III Compete ao TSE julgar recursos contra atos das juntas eleitorais.

IV Compete aos juízes eleitorais julgar crimes comuns conexos a crimes eleitorais.

V A expedição de títulos eleitorais é de competência do TRE.

Estão certos apenas os itens D

a) I, II e III.

b) I, II e IV.

c) I, IV e V.

d) II, III e V.

e) III, IV e V.

201 (CESPE Órgão: TRE-AL Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2004) Aos magistrados do TRE/AL é vedado dedicar-se a atividade político-partidária.

a) Certo

b) Errado

202 (CESPE Órgão: TRE-AL Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2004) Ao TRE/AL é vedado decidir pela inconstitucionalidade de norma de direito eleitoral, pois cabe a ele aplicar as leis sem questionar a sua validade.

a) Certo

b) Errado

203 (FCC Órgão: TRE-PE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2004) A competência para processar e julgar originariamente o registro e a cassação de registro de partidos políticos é

a) do Superior Tribunal de Justiça.

b) do Tribunal Regional Eleitoral.

c) das Juntas Eleitorais.

d) da Corregedoria Geral da Justiça Eleitoral.

e) do Superior Tribunal Eleitoral.

204 (FCC Órgão: TRE-PE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2004) A Mesa Receptora de votos será nomeada

a) pela Junta Eleitoral.

- b) pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- c) pelo Tribunal Regional Eleitoral.
- d) pelo Juiz Eleitoral.
- e) pela Corregedoria Regional da Justiça Eleitoral.

205 (FCC Órgão: TRE-PE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2004) NÃO podem ser nomeados Presidentes e Mesários os

- a) diplomados em escola superior.
- b) agentes policiais.
- c) professores.
- d) serventuários da justiça.
- e) estudantes de direito.

206 (FCC Órgão: TRE-AM Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2004) De acordo com a Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que caberá recurso da decisão do Tribunal Regional Eleitoral que

- a) representar divergência na interpretação da lei entre dois ou mais tribunais eleitorais.
- b) for proferida contra expressa disposição de lei.
- c) conceder habeas corpus, mandado de segurança, habeas data ou mandado de injunção.
- d) versar sobre inelegibilidade ou expedição de diploma nas eleições estaduais.
- e) decretar a perda de mandato eletivo federal ou estadual

207 (FCC Órgão: TRE-AM Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2003) Em cada Estado da Federação e no Distrito Federal haverá um Tribunal Regional Eleitoral, composto por Desembargadores do Tribunal de Justiça, Juízes de Direito, advogados e um

- a) Juiz do Tribunal da Alçada, escolhido pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado ou do Distrito Federal, dentre os integrantes de lista sêxtupla.
- b) Ministro do Superior Tribunal de Justiça, escolhido pelo Supremo Tribunal Federal, mediante eleição e voto secreto.
- c) representante do Ministério Público Estadual, escolhido pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado ou do Distrito Federal, dentre os integrantes de lista sêxtupla.
- d) representante do Ministério Público Federal, escolhido pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado ou do Distrito Federal, dentre os integrantes de lista tríplice.

e) Juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, um Juiz Federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal respectivo.

208 (FCC Órgão: TRE-AM Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2003) Os Tribunais Regionais Eleitorais NÃO têm competência para apurar, com os resultados parciais enviados pelas Juntas Eleitorais, os resultados finais das eleições para

- a) Prefeitos Municipais.
- b) Governadores de Estado.
- c) Vice-Governadores de Estado.
- d) Deputados Federais.
- e) Deputados Estaduais.

209 (FCC Órgão: TRE-AM Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa) A competência para expedição de diplomas aos eleitos para os cargos de Prefeito Municipal e Vereador é

- a) do Corregedor-Geral Eleitoral.
- b) do Superior Tribunal Eleitoral.
- c) do Ministério Público Eleitoral.
- d) dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- e) das Juntas Eleitorais.

210 (FCC Órgão: TRE-AC Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2003) A respeito da composição dos órgãos da Justiça Eleitoral, considere as afirmações abaixo.

I. A composição dos Tribunais Eleitorais é híbrida, integrando-os juizes de outros tribunais e juristas da classe dos advogados.

II. Os substitutos dos juizes dos tribunais eleitorais serão escolhidos juntamente com os titulares, pelo mesmo processo e em número igual para cada categoria.

III. As Juntas Eleitorais serão compostas por 3 ou 5 membros, os quais, por eleição e pelo voto secreto, escolherão seu presidente.

Esta correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) I e III

211 (FCC Órgão: TRE-AC Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2003) Podem ser nomeados membros das Juntas Eleitorais, dentre outros,

- a) os irmãos e o cônjuge dos candidatos.
- b) os membros do Ministério Público.
- c) as autoridades e agentes policiais.
- d) os primos dos candidatos.
- e) os que pertencerem ao serviço eleitoral.

212 (FCC Órgão: TRE-AC Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2003) A competência para diplomar os Prefeitos Municipais e os Deputados Federais eleitos, é, respectivamente,

- a) das Câmaras Municipais e das Assembléias Legislativas.
- b) dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal Superior Eleitoral.
- c) dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Congresso Nacional.
- d) das Juntas Eleitorais e do Tribunal Superior Eleitoral.
- e) das Juntas Eleitorais e dos Tribunais Regionais Eleitorais.

213 (FCC Órgão: TRE-AC Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2003) A respeito dos Tribunais Eleitorais é INCORRETO afirmar que

- a) o Tribunal Superior Eleitoral terá jurisdição em todo o território nacional e será composto, no mínimo, por 7 membros.
- b) os juízes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por 2 anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.
- c) haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e também no Distrito Federal.
- d) os membros dos tribunais eleitorais, no exercício de suas funções e no que lhes for aplicável, gozarão de plenas garantias e serão irremovíveis.
- e) o Tribunal Superior Eleitoral escolherá seu Presidente dentre quaisquer de seus integrantes, mediante eleição e voto secreto.

214 (FCC Órgão: TRE-BA Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2003) Têm legitimidade para fiscalizar a diplomação dos candidatos eleitos APENAS

- a) os Partidos Políticos, as coligações, os candidatos e o Ministério Público Eleitoral.
- b) os candidatos e o Ministério Público Eleitoral.
- c) os Partidos Políticos, as coligações e o Ministério Público Eleitoral.
- d) o Ministério Público Eleitoral.
- e) os Partidos Políticos, as coligações e os candidatos.

215 (FCC Órgão: TRE-BA Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2003) Para a composição de Tribunal Regional Eleitoral, a nomeação de 2 Juízes dentre 6 advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça, será feita pelo

- a) Presidente da Assembléia Legislativa do respectivo Estado.
- b) Governador do respectivo Estado.
- c) Presidente do Senado Federal.
- d) Presidente da Câmara dos Deputados.
- e) Presidente da República.

216 (FCC Órgão: TRE-CE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2002) A organização de cada seção eleitoral deve observar, dentre outras condições,

- a) o mínimo de trinta eleitores para fins de composição.
- b) a instalação de uma só Mesa Receptora, cujos membros são nomeados pelo Juiz Eleitoral.
- c) a indicação da respectiva Mesa Receptora pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado.
- d) o máximo de quinhentos eleitores nas capitais dos Estados.
- e) a garantia de exclusividade da seção destinada aos cegos.

217 (FCC Órgão: TRE-CE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2002) Na hipótese de a Junta Eleitoral deixar de receber impugnação apresentada por delegado de partido ou coligação

- a) será, de imediato, declarada a sua extinção.
- b) lavrar-se-á ata própria, assinada pelos fiscais e delegados de partidos políticos presentes.
- c) caberá ao Tribunal Regional Eleitoral decidir sobre o recebimento, em quarenta e oito horas contadas a partir da entrada da impugnação recusada no seu protocolo.
- d) o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral deverá pronunciar-se sobre o recebimento, se nas quarenta e oito horas seguintes a impugnação recusada em primeira instância vier a ser protocolada junto a essa Corte, acompanhada de declaração subscrita por duas testemunhas.
- e) cabe recurso ao Tribunal Superior Eleitoral, no prazo de quarenta e oito horas contadas a partir da decisão denegatória.

218 (FCC Órgão: TRE-CE Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2002) Aos Tribunais Regionais Eleitorais compete a apuração

- a) por solicitação de delegado de partido político credenciado junto à Junta Eleitoral.
- b) em se tratando de eleições para vereadores e suplentes.

- c) referente à eleição de Senador e Deputado Federal.
- d) quando houver impugnação fundada em violação de urna.
- e) na hipótese de interrupção dos trabalhos de apuração pela Junta Eleitoral.

219 (FCC Órgão: TRE-PI Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2002) Uma Junta Eleitoral compõe-se de um Juiz de Direito, que é seu Presidente,

- a) de um representante do Ministério Público, e de três cidadãos de notória idoneidade.
- b) de um representante do Ministério Público, outro da Ordem dos Advogados do Brasil, e de dois cidadãos de notória idoneidade.
- c) e de dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade.
- d) de um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, e de um ou três cidadãos de notória idoneidade.
- e) e de quatro eleitores filiados aos Partidos Políticos e por eles indicados, servindo dois como efetivos e dois como suplentes.